

CELULOSE IRANI S.A.

ÍNDICE DE NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES
7. ESTOQUES
8. TRIBUTOS A RECUPERAR
9. BANCOS CONTA VINCULADA
10. OUTROS ATIVOS
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS
12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS
13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO
14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL
15. ATIVO BIOLÓGICO
16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
17. FORNECEDORES
18. PARTES RELACIONADAS
19. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS
20. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
22. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO
23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS
24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA
25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS
27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
28. SEGUROS
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
30. SEGMENTOS OPERACIONAIS
31. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL (CONTROLADORA)
32. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL
33. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

Celulose Irani S.A. – CNPJ 92.791.243/0001-03

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2018.**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Celulose Irani S.A. (“Companhia”) é uma companhia aberta domiciliada no Brasil, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e com sede na Rua General João Manoel, nº 157, 9º andar, município de Porto Alegre (RS). A Companhia e suas controladas têm como atividades preponderantes aquelas relacionadas à indústria de embalagem de papelão ondulado, papel para embalagens, industrialização de produtos resinosos e seus derivados. Atua no segmento de florestamento e reflorestamento e utiliza como base de toda sua produção a cadeia produtiva das florestas plantadas e a reciclagem de papel.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo no montante de R\$ 65.521 (ativo circulante de R\$ 386.646 e passivo circulante consolidado de R\$ 452.167), principalmente decorrente dos empréstimos e financiamentos de curto prazo, que sofreram no período efeito da desvalorização do real frente ao dólar, o que elevou os valores desta obrigação. A Administração avaliou a capacidade de liquidação das obrigações de curto prazo da Companhia, e concluiu sobre a capacidade de continuidade operacional em função da geração de caixa prevista para os próximos 12 meses, renegociação de dívidas e alongamento do prazo para pagamento, e também por ter *hedge* natural para as obrigações em moeda estrangeira para este período com as exportações correntes.

As controladas diretas estão relacionadas na nota explicativa nº 4.

Sua controladora direta é a Irani Participações S.A., sociedade anônima brasileira de capital fechado. Sua controladora final é a empresa D.P Representações e Participações Ltda, ambas as empresas do Grupo Habitasul.

A emissão dessas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2019.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – *Internacional Financial Reporting*), emitidas pelo IASB – *Internacional Accounting Standards Board*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e

somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os ativos biológicos mensurados pelos seus valores justos menos a despesa de venda, e determinados instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo.

2.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor e a serem implementadas após 01/01/2019:

A Companhia adotou o IFRS 15 (CPC 47) - Receitas de Contratos com Clientes e o IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, a partir de 01/01/2018.

a) IFRS 15 - Receita de contrato com cliente. O IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substituí o IAS 18 (CPC 30) - Receitas e interpretações relacionadas. A Companhia adotou o IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, no entanto essa adoção não gerou qualquer alteração nos montantes anteriormente reconhecidos como receita, dado a não relevância da alteração da norma para a Companhia. Consequentemente, as informações apresentadas para o exercício de 2017 não foram reapresentadas e, desta forma, as informações do exercício de 2017 seguem sendo apresentadas conforme divulgado de acordo com o IAS 18 e interpretações relacionadas. As receitas são atualmente reconhecidas quando os produtos são entregues ao cliente e a obrigação de desempenho é cumprida.

b) IFRS 9 - Instrumentos financeiros. O IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Em relação a classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros, o IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros, no entanto ele elimina as seguintes categorias do IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na Classificação e Mensuração de Ativos Financeiros está descrito abaixo. Conforme o IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado nas seguintes categorias de mensuração: a custo amortizado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou a valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 é baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado: esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

A tabela a seguir apresenta as categorias de mensuração originais no IAS 39 / CPC 38 e as novas categorias de mensuração do IFRS 9 / CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia:

Em milhares de Reais	Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Controladora		Consolidado	
			Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Valor justo	75.896	75.896	76.949	76.949
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	167.140	167.140	168.124	168.124
Bancos conta vinculada	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	8.732	8.732	8.732	8.732
Total de ativos financeiros			251.768	251.768	253.805	253.805
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	772.096	772.096	772.096	772.096

Fornecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	96.187	96.187	82.951	82.951
Adiantamento de clientes	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	1.462	1.462	1.466	1.466
Total de passivos financeiros			869.745	869.745	856.513	856.513

A mudança na classificação de caixas e equivalentes de caixa de empréstimos e recebíveis de acordo com o IAS39/CPC 38 para Ativos a valor justo por meio do resultado de acordo com o IFRS 9/CPC48 foi embasada no modelo de negócios da Companhia.

Riscos de aplicações de recursos

A Companhia está exposta ao risco quanto a aplicação de recursos com relação às aplicações financeiras que compõe o grupo Caixa e Equivalentes de Caixa. As mesmas são planejadas para atender as demandas de fluxo de caixa da Companhia, e a Administração assegura-se de que as aplicações sejam realizadas em instituições financeiras de relacionamento estável, através da aplicação da política financeira que determina a alocação do caixa, sem limitações, em:

- i) Títulos públicos de emissão e/ou coobrigação do Tesouro Nacional;
- ii) CDBs nos bancos de relacionamento estável da Companhia;
- iii) Fundos de investimento de renda fixa de perfil conservador.

A política de investimentos da Companhia, não permite a aplicação de recursos em renda variável.

O quadro abaixo demonstra os recursos de caixa, equivalentes de caixa aplicados pela Companhia em instituições financeiras, classificando os montantes de acordo com a classificação nacional das agências de rating S&P e Fitch Rating das instituições financeiras:

	<u>Consolidado</u>	
	31.12.18	Agência
<i>Rating</i> nacional AAA (br)	36.783	Fich/S&P
<i>Rating</i> nacional A (br)	41.240	S&P
<i>Rating</i> nacional AA + (br)	27.053	Fich/S&P
	<u>105.076</u>	

Em relação ao *Impairment* de Ativos financeiros, o IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. De acordo com o IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas, em geral, mais cedo do que de acordo com o IAS 39.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A provisão para risco de crédito considera o prazo de vencimento dos títulos de contas a receber de clientes, onde a Companhia utiliza percentuais distintos conforme o prazo de vencimento, de forma a mensurar a probabilidade de perda, aumentando o percentual da provisão de risco de crédito conforme os títulos ficam vencidos a mais tempo.

Em função dos efeitos da adoção da nova norma forem determinados como não significativos, e devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessa norma, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

Com a entrada em vigor do IFRS 9/CPC 48, quando a entidade aplica pela primeira vez este pronunciamento, ela pode escolher se sua política contábil continua a aplicar os requisitos de contabilização de hedge do IAS 39/CPC 38 em vez dos requisitos da IFRS 9/CPC 48. Neste sentido, a Companhia optou por continuar aplicando os requisitos do IAS 39/CPC 38.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2019 ou após, e a Companhia apresenta abaixo a avaliação dos impactos da adoção destas normas em suas Demonstrações Financeiras:

- Emissão da norma IFRS 16 – Arrendamento. - Emissão da norma IFRS 16 – Arrendamento. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2019 e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia reconhecerá a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá uma

depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Companhia.

A nova norma fornece expedientes práticos cuja a eleição é opcional. A Companhia adotou os seguintes expedientes práticos:

- 1) Não reavaliará se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial, em vez disso, aplicará o CPC 06 (R2) a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4);
- 2) Não separará componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento considerando-os, então, como um único componente de arrendamento;
- 3) Não registrará os contratos com prazo superior a 12 meses, que na data de transição, se encerrarão dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- 4) Não registrará contratos de baixo valor, conforme política definida pela Companhia;
- 5) Excluirá custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial;
- 6) Fará uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e
- 7) Aplicará uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como prazo de arrendamento remanescente similar, classes similares de ativos subjacentes em ambiente econômico similar).

Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos (como, por exemplo, um contrato de locação de máquinas e/ou equipamentos com partes dos pagamentos baseados na produtividade do ativo) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado.

A Companhia não espera mudanças significativas nas atividades de arrendamento no período que compreende a emissão destas demonstrações financeiras e a data de aplicação inicial. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso no montante de R\$ 31.489 na controladora e R\$ 31.489 no consolidado em 01/01/2019; essa estimativa leva em consideração premissas razoáveis disponíveis pela Companhia e podem apresentar variações em relação à adoção inicial. O principal efeito está relacionado a operação de arrendamento de imóveis para unidade produtiva em Indaiatuba – SP, com compromissos futuros de R\$ 22.874 de saldo bruto. As demais operações envolvem o arrendamento de imóveis administrativos, arrendamento de terras de terceiros e maquinários industriais.

A Companhia pretende aplicar abordagem retrospectiva modificada inicialmente em 01/01/2019, sem atualização das informações comparativas, bem como aplicar a norma para todos os contratos celebrados antes de 01/01/2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4. Até a divulgação destas demonstrações financeiras a Companhia está desenvolvendo processos e controles para atender aos novos requisitos.

- Emissão da interpretação IFRIC 23 – Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda. Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2019. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que poderiam ter um impacto material decorrente de sua aplicação nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), sendo esta a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* de fluxo de caixa e, portanto, diferidos no patrimônio líquido como operações de *hedge* de fluxo de caixa.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e as aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco de variação de valor, e com vencimento inferior a 90 dias da data da aplicação e com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

c) Ativos financeiros

A Companhia, no reconhecimento inicial de um ativo financeiro, classificou seus ativos como: a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

c.1) Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

c.2) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

c.3) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida do ativo. Conforme nota explicativa 2.1.

d) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

e) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 01/01/2018

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de

negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

g) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não

pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

h) Ativos financeiros - Política aplicável antes de 01/01/2018

A Companhia classificou os ativos financeiros na categoria de empréstimos e recebíveis. Os ativos financeiros classificados na categoria de empréstimo e recebíveis utilizavam o custo amortizado pelo método de juros efetivos como forma de mensuração.

i) Estoques

São demonstrados ao menor valor entre o custo médio de produção ou de aquisição, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e gastos necessários para realizar a venda.

j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas são avaliados nas demonstrações financeiras individuais pelo método de equivalência patrimonial.

Conforme o método de equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da controlada.

Transações, saldos e ganhos não realizados nas operações entre partes relacionadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

k) Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são mensuradas pelo método do custo.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

As receitas geradas pela propriedade para investimento que se encontra alugada são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência.

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

1) Imobilizado e intangível

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo atribuído, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A Companhia utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceto para terras, as quais não são depreciadas. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada se necessário, podendo variar com base na atualização tecnológica de cada unidade.

Os ativos intangíveis da Companhia são formados por *ágio (goodwill)*, licenças de *softwares*, marca e carteira de clientes.

O *ágio* é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O *ágio* de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de ganho por compra vantajosa, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O *ágio* é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*) e é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre *ágio* não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do *ágio* relacionado com a entidade vendida.

O *ágio* é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *ágio* se originou.

Os *softwares* são capitalizados com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares* de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As marcas registradas na Companhia não possuem vida útil definida e por esse motivo não estão sendo amortizadas.

A carteira de clientes, adquirida em uma combinação de negócios, é reconhecida pelo valor justo na data da aquisição e é contabilizada pelo seu valor justo menos a

amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

m) Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia são representados principalmente por florestas plantadas de pinus que são utilizados para produção de papéis para embalagem, caixas e chapas de papelão ondulado e ainda para comercialização para terceiros e extração de goma resina. As florestas de pinus estão localizadas próximas à fábrica de celulose e papel em Santa Catarina, e também no Rio Grande do Sul, onde são utilizadas para produção de goma resina e para comercialização de toras.

Os ativos biológicos são avaliados a valor justo sendo deduzidas as despesas de venda. A variação de cada período é reconhecida no resultado como variação de valor justo dos ativos biológicos. A avaliação do valor justo dos ativos biológicos se baseia em algumas premissas conforme nota explicativa nº 15.

n) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

A Companhia adota como procedimento revisar o saldo de ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperado com base em fluxo de caixa futuro. Neste trimestre, a Companhia não identificou indicadores de que o valor contábil exceda o valor recuperável de seus ativos não financeiros.

o) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social correntes são provisionados com base no lucro tributável determinado de acordo com a legislação tributária em vigor, que é diferente do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no período. A Companhia adota a taxa vigente de 34% para apuração de seus impostos, entretanto as controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor – Comércio de Madeiras Ltda. adotam taxa presumida de 3,08%.

Sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. São registrados imposto de renda e contribuição social diferidos para

as controladas com regime tributário de lucro presumido, quanto ao valor justo dos ativos biológicos e o custo atribuído dos ativos imobilizados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

p) Empréstimos, financiamentos

São registrados pelos valores originais de captação, deduzidos dos respectivos custos de transação quando existentes, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros calculados pela taxa de juros efetiva e atualizados pela variação cambial quando aplicável, até as datas dos balanços, conforme descrito em notas explicativas.

q) Hedge de fluxo de caixa (*Hedge Accounting*)

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os instrumentos de *hedge* usados nas operações são altamente eficazes na compensação das variações nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na nota explicativa nº 21.

A parcela efetiva das variações no valor dos instrumentos de *hedge* designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado do período.

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo: quando ocorrer venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos instrumentos de *hedge* que protege as operações altamente prováveis é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado do período.

Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado do período.

r) Arrendamento mercantil

Como arrendatário

Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacional e registrados no resultado do período. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelas taxas definidas na nota explicativa nº 14.

Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento.

Como arrendador

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento em questão. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e preparação do *leasing* operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos também pelo método linear pelo período de vigência do arrendamento.

s) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como consequência de um evento passado e é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação. São constituídas em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir perdas prováveis, sendo atualizada até a data do balanço, observada a natureza de cada risco e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

t) Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados, com base em metodologia própria de apuração que leva em conta o lucro atribuído a cada um dos segmentos operacionais. As provisões são reconhecidas em relação aos termos de acordo firmados entre a Companhia e os representantes dos empregados os quais são anualmente revisados.

u) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas dos períodos.

A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração foi elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das demonstrações financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações financeiras incluem, portanto, várias estimativas, tais como, mas não se limitando a: seleção de vida útil dos bens do imobilizado (nota explicativa nº 14), a realização dos créditos tributários diferidos (nota explicativa nº 11), provisões para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 6 e nº 10), avaliação do valor justo dos ativos biológicos (nota explicativa nº 15), provisões fiscais, previdenciárias, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº 20), além de redução do valor recuperável de ativos (nota explicativa nº 14).

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes dos reconhecidos nas demonstrações financeiras.

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelos Governos do Estado de Santa Catarina e do Estado de Minas Gerais. Em agosto de 2017 houve a publicação da Lei Complementar 160 e em dezembro de 2017 a publicação do Convênio Confaz 190, que deliberaram sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal e a reinstituição das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais.

Em relação ao Convênio Confaz 190, os Estados de Santa Catarina e Minas Gerais publicaram respectivamente os Decretos nºs. 1.555/18 e 47.394/18, convalidando, reinstituindo os incentivos fiscais concedidos à Companhia nos termos Lei Complementar nº160/2017.

Embora o incentivo fiscal detido não esteja em julgamento pelo STF, a Companhia vem acompanhando, por seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas demonstrações financeiras (nota explicativa nº 32).

v) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de períodos e inclui rendimentos, encargos e variações cambiais às taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos

circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, inclui os efeitos de ajustes de ativos para o valor de realização.

w) Reconhecimento das receitas

O modelo implementado pela Companhia, refere-se a um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos.

As etapas deste novo modelo compreendem: i) a identificação do contrato com o cliente; ii) a identificação das obrigações de desempenho; iii) a determinação do preço da transação; iv) a alocação do preço da transação; e v) o reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas deverão ser registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas.

x) Subvenções governamentais

Os diferimentos de recolhimento de impostos, concedidos direta ou indiretamente pelo Governo, exigidos com taxas de juros abaixo do mercado, são tratados como uma subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo calculado com base em taxas de juros de mercado. Essa diferença é registrada em contrapartida da receita de vendas no resultado e será apropriada com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do período.

y) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, individual e consolidado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados.

A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

4. CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem a Celulose Irani S.A. e suas controladas conforme segue:

Participação no capital social - (%)			
Empresas controladas - participação direta	Atividade	31.12.18	31.12.17
Habitasul Florestal S.A.	Produção florestal	100,00	100,00
HGE - Geração de Energia Sustentável S.A. *	Geração de energia elétrica	100,00	100,00
Iraflor - Comércio de Madeiras LTDA	Comércio de madeiras	99,99	99,99
Irani Geração de Energia Sustentável LTDA *	Geração de energia elétrica	99,56	99,56

* em fase de avaliação de projetos eólicos para implementação

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os investimentos nas empresas controladas, os resultados das equivalências patrimoniais, bem como os saldos das operações realizadas e lucros e/ou prejuízos não realizados entre as empresas. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são representados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Fundo fixo	29	29	32	31
Bancos	26.634	8.860	27.111	9.060
Aplicações financeiras de liquidez imediata	104.115	67.007	105.076	67.858
	130.778	75.896	132.219	76.949

As aplicações financeiras de liquidez imediata são remuneradas com renda fixa, à taxa média de 91 % do CDI e possuem vencimento inferior há 90 dias da data da aplicação com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Contas a receber de:				
Clientes - mercado interno	152.680	156.145	154.327	157.179
Clientes - mercado externo	25.303	27.508	25.303	27.508
Clientes - renegociação	15.259	-	15.259	-
	<u>193.242</u>	<u>183.653</u>	<u>194.889</u>	<u>184.687</u>
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	<u>(24.016)</u>	<u>(16.513)</u>	<u>(24.016)</u>	<u>(16.563)</u>
	<u>169.226</u>	<u>167.140</u>	<u>170.873</u>	<u>168.124</u>
Parcela do circulante	167.058	167.140	168.705	168.124
Parcela do não circulante	2.168	-	2.168	-

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos de renegociação de clientes bem como a provisão para perdas reconhecidas foram reclassificados para a conta de Clientes – renegociação, conforme a nota explicativa nº 10.

Em 31 de dezembro de 2018, no consolidado de contas a receber de clientes encontram-se vencidos e não provisionados um montante de R\$ 18.088, referente a clientes independentes que não apresentam históricos de inadimplência.

A análise de vencimento das contas a receber de clientes está representada na tabela abaixo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
À vencer	151.741	153.891	152.785	154.811
Vencidos até 30 dias	8.567	14.187	8.803	14.230
Vencidos de 31 a 60 dias	3.612	4.872	3.769	4.892
Vencidos de 61 a 90 dias	2.132	2.616	2.274	2.616
Vencidos de 91 a 180 dias	1.437	2.227	1.505	2.227
Vencidos há mais de 180 dias	25.753	5.860	25.753	5.911
	<u>193.242</u>	<u>183.653</u>	<u>194.889</u>	<u>184.687</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 51 dias. A Companhia constitui provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa para as contas a receber para parte relevante das contas a receber vencidas há mais de 180 dias. Também são constituídas provisões para *impairment* de contas a receber para os títulos a vencer e vencidas há menos de 180 dias, nos casos em que os valores não são considerados como realizáveis, considerando-se a situação financeira de cada devedor e análises históricas de perda obtidas pela Companhia. Análises individuais são realizadas para aqueles clientes, que ainda não possuem títulos vencidos, e consideram seus riscos de crédito.

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Saldo no início do período	(16.513)	(17.612)	(16.563)	(18.269)
Reclassificação de Clientes Renegociação	(14.074)	-	(14.074)	-
Provisões para perdas reconhecidas	(1.613)	(12.626)	(1.613)	(12.676)
Contas a receber de clientes baixadas durante o período como incobráveis	8.184	13.725	8.234	14.382
Saldo no final do período	<u>(24.016)</u>	<u>(16.513)</u>	<u>(24.016)</u>	<u>(16.563)</u>

Parte dos recebíveis no valor de R\$ 104.187 está cedida como garantia de algumas operações financeiras conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou comprometidos em 31 de dezembro de 2018 é avaliada com base nas informações históricas sobre os índices de inadimplência da Companhia conforme abaixo:

Qualidade contas a receber

Classe de cliente	% Histórico	Consolidado
		Valor a receber
a) Clientes sem histórico de atraso	95,25	145.527
b) Clientes com histórico de atraso de até 7 dias	4,12	6.295
c) Clientes com histórico de atraso superior a 7 dias	0,63	963
		<u>152.785</u>

a) Clientes pontuais que não apresentam qualquer histórico de atraso.

b) Clientes impontuais que apresentam histórico de atraso de até 7 dias, sem histórico de inadimplência.

c) Clientes impontuais que apresentam histórico de atraso superior a 7 dias, sem histórico de inadimplência.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Produtos acabados	8.080	8.321	8.080	8.828
Materiais de produção	40.458	39.056	40.458	39.056
Materiais de consumo	22.745	23.674	22.805	23.731
Outros estoques	516	537	516	537
	<u>71.799</u>	<u>71.588</u>	<u>71.859</u>	<u>72.152</u>

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício de 2018 foi de R\$ 670.709 (R\$ 621.676 em 2017) na controladora e R\$ 668.334 (R\$ 622.425 em 2017) no consolidado.

O custo dos estoques reconhecido no resultado do exercício não inclui redução ao valor realizável líquido.

Parte dos estoques no valor de R\$ 17.033 está cedida como garantia de algumas operações financeiras conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

Estão apresentados conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
ICMS	4.664	4.313	4.664	4.313
PIS/COFINS	2.541	832	2.541	832
IPI	105	400	105	400
Imposto de renda	397	38	397	38
Contribuição social	258	107	258	107
IRRF s/ aplicações	821	2.119	821	2.120
Outros	24	15	25	15
	<u>8.810</u>	<u>7.824</u>	<u>8.811</u>	<u>7.825</u>
Parcela do circulante	5.017	5.757	5.018	5.758
Parcela do não circulante	3.793	2.067	3.793	2.067

Os créditos de ICMS são basicamente créditos sobre aquisição de imobilizado gerados em relação às compras de bens para o ativo imobilizado da Companhia e são utilizados em 48 parcelas mensais e consecutivas conforme previsto em legislação que trata do assunto.

Os créditos de IRRF sobre aplicações financeiras são utilizados ao longo do ano quando apurado IR a recolher, ou compensados com outros tributos federais a partir do ano seguinte quando ainda restar saldo a recuperar.

9. BANCOS CONTA VINCULADA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Banco do Brasil - Nova York - a)	-	6.188	-	6.188
Banco Rabobank - b)	-	2.149	-	2.149
Banco Original	-	395	-	395
Total circulante	<u>-</u>	<u>8.732</u>	<u>-</u>	<u>8.732</u>
Parcela do circulante	-	8.732	-	8.732

a) Banco do Brasil – Nova York / Estados Unidos da América - representado por valores em dólares decorrentes de exportação para garantir as amortizações das parcelas trimestrais de juros do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao Credit Suisse, e assumido em 28 de março de 2018 pelo Bank of America conforme nota explicativa nº 16.

b) Banco Rabobank – representado por valores depositados em aplicações financeiras cujos resgates ocorreram nas datas de vencimento, no primeiro trimestre de 2018, de operações de capital de giro contratadas junto aos próprios bancos.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Adiantamento a fornecedores	1.427	3.563	1.427	3.638
Créditos com funcionários	783	1.354	819	1.390
Renegociação de clientes	-	21.713	-	21.713
Despesas antecipadas	1.696	795	1.696	795
Outros créditos	7.602	5.009	7.630	5.035
	<u>11.508</u>	<u>32.434</u>	<u>11.572</u>	<u>32.571</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa renegociação	-	(14.074)	-	(14.074)
	<u>11.508</u>	<u>18.360</u>	<u>11.572</u>	<u>18.497</u>
Parcela do circulante	8.808	13.635	8.845	13.746
Parcela do não circulante	2.700	4.725	2.727	4.751

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Saldo no início do período	(14.074)	(5.407)	(14.074)	(5.407)
Provisões para perdas reconhecidas	-	(10.964)	-	(10.964)
Renegociações baixadas durante o período como incobráveis	-	2.297	-	2.297
Reclassificação para clientes	14.074	-	14.074	-
Saldo no final do período	<u>-</u>	<u>(14.074)</u>	<u>-</u>	<u>(14.074)</u>

Renegociação de clientes – refere-se a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em 2021 e a taxa média de atualização é de 1% a 2% ao mês, reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos possuem cláusula de garantias de máquinas e equipamentos garantindo o valor da dívida renegociada. Análises individuais são realizadas para aqueles clientes, que ainda não possuem títulos vencidos, e consideram seus riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2018, os saldos de renegociação de clientes bem como a provisão para perdas reconhecidas foram reclassificados para a conta de Clientes – renegociação e avaliados conforme a nota explicativa nº 2.1.

Despesas antecipadas – refere-se principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do período mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias para fins fiscais, prejuízos fiscais, dos ajustes de custo atribuído e de variação do valor justo de ativos biológicos.

A Companhia adotou para o exercício de 2018, o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar.

Com base no valor justo dos ativos biológicos e no custo atribuído do ativo imobilizado, foram registrados tributos diferidos passivos.

Os impactos tributários iniciais sobre o custo atribuído do ativo imobilizado foram reconhecidos em contrapartida do patrimônio líquido.

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Imposto de renda diferido ativo				
Sobre provisões temporárias	537	4.137	537	4.137
Sobre prejuízo fiscal	17.093	17.093	17.093	17.093
Hedge de fluxo de caixa	41.171	29.497	41.171	29.497
Contribuição social diferida ativa				
Sobre provisões temporárias	192	1.489	192	1.489
Sobre prejuízo fiscal	6.155	6.155	6.155	6.155
Hedge de fluxo de caixa	14.821	10.619	14.821	10.619
	<u>79.969</u>	<u>68.990</u>	<u>79.969</u>	<u>68.990</u>
PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Imposto de renda diferido passivo				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	3.905	4.128	3.905	4.128
Valor justo dos ativos biológicos	24.964	24.415	26.629	26.297
Custo atribuído do ativo imobilizado	126.472	124.502	134.072	132.101
Subvenção governamental	520	590	520	590
Carteira de clientes	583	781	583	781
Amortização ágio fiscal	18.269	14.675	18.269	14.675
Contribuição social diferida passiva				
Variação cambial a realizar pelo regime de caixa	1.406	1.486	1.406	1.486
Valor justo dos ativos biológicos	8.987	8.789	9.886	9.806
Custo atribuído do ativo imobilizado	45.531	44.823	48.266	47.558
Subvenção governamental	187	212	187	212
Carteira de clientes	210	281	210	281
Amortização ágio fiscal	6.577	5.283	6.577	5.283
	<u>237.611</u>	<u>229.965</u>	<u>250.510</u>	<u>243.198</u>
Passivo de imposto diferido (líquido)	<u>157.642</u>	<u>160.975</u>	<u>170.541</u>	<u>174.208</u>

A Administração não reconheceu neste período imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Com base em projeções orçamentárias aprovadas pelo Conselho de Administração, a Administração estima que os saldos, consolidados, sejam realizados conforme demonstrado abaixo:

Ativo de imposto diferido	Controladora e Consolidado
Período	31.12.18
2019	18.135
2020	17.552
2021	16.909
2022	12.516
2023 em diante	14.857
	<u>79.969</u>

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é assim demonstrada:

Controladora e Consolidado	ativo	Saldo inicial 01.01.17	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Compensado com passivos	Saldo final 31.12.17
Impostos diferidos ativos com relação a:						
	Provisão para participações	(3.673)	-	-	-	(3.673)
	Provisão para riscos diversos	(2.223)	270	-	-	(1.953)
	Hedge de fluxo de caixa	(42.020)	-	1.904	-	(40.116)
	Total diferenças temporárias	(47.916)	270	1.904	-	(45.742)
	Prejuízos fiscais	(43.642)	8.356	-	12.038	(23.248)
		<u>(91.558)</u>	<u>8.626</u>	<u>1.904</u>	<u>12.038</u>	<u>(68.990)</u>
Controladora e Consolidado	ativo	Saldo inicial 01.01.18	Reconhecido no resultado	Reconhecido no patrimônio líquido	Compensado com passivos	Saldo final 31.12.18
Impostos diferidos ativos com relação a:						
	Provisão para participações	(3.673)	3.673	-	-	-
	Provisão para riscos diversos	(1.953)	1.224	-	-	(729)
	Hedge de fluxo de caixa	(40.116)	-	(15.876)	-	(55.992)
	Total diferenças temporárias	(45.742)	4.897	(15.876)	-	(56.721)
	Prejuízos fiscais	(23.248)	-	-	-	(23.248)
		<u>(68.990)</u>	<u>4.897</u>	<u>(15.876)</u>	<u>-</u>	<u>(79.969)</u>
Controladora	passivo	Saldo inicial 01.01.17	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.17	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.18
Impostos diferidos passivos com relação a:						
	Variação cambial reconhecida por caixa	5.425	189	5.614	(303)	5.311
	Valor justo dos ativos biológicos	41.745	(8.541)	33.204	747	33.951
	Custo atribuído e revisão da vida útil	166.200	3.125	169.325	2.678	172.003
	Subvenção governamental	1.334	(532)	802	(95)	707
	Carteira de clientes	1.332	(270)	1.062	(269)	793
	Amortização ágio fiscal	15.070	4.888	19.958	4.888	24.846
		<u>231.106</u>	<u>(1.141)</u>	<u>229.965</u>	<u>7.646</u>	<u>237.611</u>

Consolidado	passivo	Saldo inicial 01.01.17	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.17	Reconhecido no resultado	Saldo final 31.12.18
Impostos diferidos passivos com relação a:						
	Variação cambial reconhecida por caixa	5.425	189	5.614	(303)	5.311
	Valor justo dos ativos biológicos	45.055	(8.952)	36.103	412	36.515
	Custo atribuído e revisão da vida útil	176.534	3.125	179.659	2.679	182.338
	Subvenção governamental	1.334	(532)	802	(95)	707
	Carteira de clientes	1.332	(270)	1.062	(269)	793
	Amortização ágio fiscal	15.070	4.888	19.958	4.888	24.846
		<u>244.750</u>	<u>(1.552)</u>	<u>243.198</u>	<u>7.312</u>	<u>250.510</u>

12. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Habitassul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Geração de Energia	Total
Em 31 de dezembro de 2016	<u>144.655</u>	<u>109.912</u>	<u>558</u>	<u>232</u>	<u>255.357</u>
Resultado da equivalência patrimonial	(17.949)	14.465	(2)	(53)	(3.539)
Dividendos propostos	(13.198)	(16.777)	-	-	(29.975)
Aporte capital	-	7.896	-	70	7.966
Redução capital	-	(36.998)	-	-	(36.998)
Adiantamento futuro aumento capital	20.098	-	-	-	20.098
Em 31 de dezembro de 2017	<u>133.606</u>	<u>78.498</u>	<u>556</u>	<u>249</u>	<u>212.909</u>
Resultado da equivalência patrimonial	(12.005)	16.494	(13)	-	4.476
Dividendos propostos	-	(14.466)	-	-	(14.466)
Aporte capital	2.200	5.030	-	-	7.230
Em 31 de dezembro de 2018	<u>123.801</u>	<u>85.556</u>	<u>543</u>	<u>249</u>	<u>210.149</u>
	Habitassul Florestal	Iraflor Comércio de Madeiras	HGE Geração de Energia	Irani Geração de Energia	
Circulante					
Ativo	2.502	25.470	9	13	
Passivo	(1.814)	(652)	-	-	
Ativo/Passivo Circulante Líquido	688	24.818	9	13	
Não Circulante					
Ativo	135.850	61.283	535	237	
Passivo	(12.737)	(540)	-	-	
Ativo/Passivo Não Circulante Líquido	123.113	60.743	535	237	
Patrimônio Líquido	<u>123.801</u>	<u>85.561</u>	<u>544</u>	<u>250</u>	
Receita líquida	16.480	28.367	-	-	
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(11.836)	17.508	(12)	-	
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(169)	(1.013)	-	-	
Resultado do período	<u>(12.005)</u>	<u>16.495</u>	<u>(12)</u>	<u>-</u>	
Participação no capital em %	100,00	99,99	100,00	99,56	

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2017, os acionistas da controlada Habitasul Florestal S.A. deliberaram a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 13.199.

No exercício de 2018, a controladora Celulose Irani S.A. integralizou ao capital da controlada Habitasul Florestal S.A., adiantamento para futuro aumento de capital no valor de R\$ 20.098.

No exercício de 2017, a controladora Celulose Irani S.A. realizou adiantamento para aumento de capital na controlada Habitasul Florestal S.A. no valor de R\$ 20.098, sendo R\$ 1.280 em moeda corrente, R\$ 17.598 compensado com dividendos a pagar e o saldo R\$ 1.220 com adiantamentos de cliente efetuados pela Controladora.

No exercício de 2018, a controladora Celulose Irani S.A. realizou aumento de capital na controlada Habitasul Florestal S.A. no valor de R\$ 2.200, pagos em moeda corrente.

No exercício de 2018, a controladora Celulose Irani S.A. realizou aporte de capital na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda no valor de R\$ 5.030 integralizados mediante incorporação de ativos florestais.

No exercício de 2017, a Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. recebeu aporte de capital da controladora Celulose Irani S.A., no valor de R\$ 7.896 integralizados mediante incorporação de ativos florestais.

Na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. em 30 de setembro de 2017 os sócios resolveram reduzir o capital da Sociedade, por estar excessivo em relação ao objeto social da sociedade. A controladora Celulose Irani S.A. foi restituída ao valor de R\$ 36.998, sendo R\$ 4.281 em moeda corrente e o saldo, no valor de R\$ 32.717 com créditos existentes na controlada. Os percentuais de participação de todos os sócios permaneceram inalterados.

Em 11 de julho de 2018 houve na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda a aprovação de dividendos referentes ao exercício de 2017, no valor de R\$ 14.466 pagos em moeda corrente, (R\$ 16.777 deliberados no exercício de 2017 referente ao exercício de 2016, pagos em moeda corrente).

13. PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO

Controladora

	Terrenos	Edificações	Total
Em 31 de dezembro 2017			
Saldo inicial	23.281	11.558	34.839
Baixa	(727)	-	(727)
Depreciação	-	(507)	(507)
Saldo contábil líquido	<u>22.554</u>	<u>11.051</u>	<u>33.605</u>
Custo	22.554	12.702	35.256
Depreciação acumulada	-	(1.651)	(1.651)
Saldo contábil líquido	<u>22.554</u>	<u>11.051</u>	<u>33.605</u>
Em 31 de dezembro 2018			
Saldo inicial	22.554	11.051	33.605
Adição	-	-	-
Baixa	(6.259)	(7.294)	(13.553)
Depreciação	-	(521)	(521)
Saldo contábil líquido	<u>16.295</u>	<u>3.236</u>	<u>19.531</u>
Custo	16.295	5.408	21.703
Depreciação acumulada	-	(2.172)	(2.172)
Saldo contábil líquido	<u>16.295</u>	<u>3.236</u>	<u>19.531</u>

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2017			
Saldo inicial	7.086	11.558	18.644
Baixa	(667)	-	(667)
Depreciação	-	(507)	(507)
Saldo contábil líquido	<u>6.419</u>	<u>11.051</u>	<u>17.470</u>
Custo	6.419	12.702	19.121
Depreciação acumulada	-	(1.651)	(1.651)
Saldo contábil líquido	<u>6.419</u>	<u>11.051</u>	<u>17.470</u>
Em 31 de dezembro 2018			
Saldo inicial	6.419	11.051	17.470
Adição	-	-	-
Baixa	(6.259)	(7.292)	(13.551)
Depreciação	-	(521)	(521)
Saldo contábil líquido	<u>160</u>	<u>3.238</u>	<u>3.398</u>
Custo	160	5.410	5.570
Depreciação acumulada	-	(2.172)	(2.172)
Saldo contábil líquido	<u>160</u>	<u>3.238</u>	<u>3.398</u>

Terrenos

Refere-se, principalmente, a terrenos mantidos pela controladora, para futuras instalações de parques eólicos no estado do Rio Grande do Sul com área total de 4.454.406 m², e estão reconhecidos a valor de custo de aquisição de R\$ 16.135. A implantação de parques eólicos está em fase de avaliação de projetos através da controlada Irani Geração de Energia Sustentável Ltda.

Edificações

Refere-se a edificações localizadas em Rio Negrinho – SC com área construída de 25.271 m² e valor de R\$ 3.238. Tais edificações encontram-se alugadas para empresas da região.

As receitas e despesas geradas pelas propriedades para investimento que se encontram alugadas são reconhecidas no resultado conforme demonstrado abaixo:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas de aluguéis	798	1.233
Gastos operacionais diretos que geraram receitas de aluguéis	(818)	(870)

As propriedades para investimento estão avaliadas em 31 de dezembro de 2018 ao custo histórico. Para fins de divulgação a Companhia avaliou essas propriedades ao seu valor justo, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R\$ 35.082 na controladora e de R\$ 17.207 no consolidado. As avaliações foram realizadas por avaliadores independentes e internos, utilizando evidências de mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares.

A Companhia possui parte de suas propriedades para investimentos cedidas em garantias de operações financeiras no valor de R\$ 12.425.

Em 13 de novembro de 2018, a Companhia celebrou com a empresa Panifício Partenon Ltda. a venda através de instrumento particular de promessa de cessão de direitos, de parte do imóvel (terrenos e edificações) de Cachoeirinha – RS, no montante total de R\$ 7.300, sendo R\$ 5.300 no ato e R\$ 2.000 em 180 dias. O resultado desta venda foi negativo em R\$ 1.986.

Em 24 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou com a empresa Koch Metalúrgica S.A. a venda através de instrumento particular de promessa de cessão parcial de direitos e obrigações contratuais da parte restante do imóvel (terrenos e edificações) de Cachoeirinha – RS, no montante total de R\$ 4.500, a serem pagos em 30 parcelas iguais e sucessivas de R\$ 150, cada uma ajustada em 1% ao mês, vencendo-se a primeira em 180 dias da assinatura do contrato. As parcelas vincendas serão reajustadas mensalmente pelo IGPM/FGV. Na mesma data a empresa Koch Metalúrgica S.A., transferiu a dívida através de instrumento particular de assunção de dívidas para a empresa Irapar Participações S.A. O resultado desta venda foi negativo em R\$ 53.

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Composição do imobilizado

Controladora	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em inóveis de terceiros	Total
Em 31 de dezembro de 2017								
Saldo inicial	183.027	157.518	371.980	3.648	5.876	45.660	10.834	778.543
Aquisições	-	33	7.959	1.810	613	24.695	-	35.110
Baixas	(5.909)	(89)	(611)	(100)	(35)	(2)	-	(6.746)
Transferências	-	3.431	21.147	1.637	2.573	(28.788)	-	-
Depreciação	-	(4.945)	(41.763)	(1.513)	(2.144)	-	(644)	(51.009)
Saldo contábil líquido	177.118	155.948	358.712	5.482	6.883	41.565	10.190	755.898
Custo	177.118	213.909	851.696	12.664	22.598	41.565	16.061	1.335.611
Depreciação acumulada	-	(57.961)	(492.984)	(7.182)	(15.715)	-	(5.871)	(579.713)
Saldo contábil líquido	177.118	155.948	358.712	5.482	6.883	41.565	10.190	755.898
Em 31 de dezembro de 2018								
Saldo inicial	177.118	155.948	358.712	5.482	6.883	41.565	10.190	755.898
Aquisições	21	79	14.360	1.659	345	25.329	-	41.793
Baixas	(14)	(57)	(1.035)	(672)	(31)	(301)	(20)	(2.130)
Transferências	-	2.196	20.507	538	83	(23.382)	58	-
Depreciação	-	(5.353)	(39.422)	(1.782)	(1.869)	-	(642)	(49.068)
Imob. em andamento de Terceiros	-	-	-	-	-	(5.324)	-	(5.324)
Crédito de Pis e Cofins	-	(94)	(1.375)	(18)	(47)	(891)	(2)	(2.427)
Saldo contábil líquido	177.125	152.719	351.747	5.207	5.364	36.996	9.584	738.742
Custo	177.125	216.033	884.153	14.171	22.948	36.996	16.097	1.367.523
Depreciação acumulada	-	(63.314)	(532.406)	(8.964)	(17.584)	-	(6.513)	(628.781)
Saldo contábil líquido	177.125	152.719	351.747	5.207	5.364	36.996	9.584	738.742

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2017

	Terrenos	Prédios e construções	Equipamentos e instalações	Veículos e tratores	Outras imobilizações (*)	Imobilizações em andamento	Imobilizações em imóveis de terceiros	Total
Saldo inicial	251.329	158.999	372.046	3.976	6.280	45.660	10.834	849.124
Aquisições	-	33	8.030	1.854	1.169	24.713	-	35.799
Baixas	(5.912)	(89)	(610)	(100)	(112)	(2)	-	(6.825)
Transferências	-	3.431	21.147	1.637	2.573	(28.788)	-	-
Depreciação	-	(5.126)	(41.782)	(1.612)	(2.716)	-	(644)	(51.880)
Saldo contábil líquido	245.417	157.248	358.831	5.755	7.194	41.583	10.190	826.218
Custo	245.417	218.432	851.862	13.267	23.199	41.583	16.061	1.409.821
Depreciação acumulada	-	(61.184)	(493.031)	(7.512)	(16.005)	-	(5.871)	(583.603)
Saldo contábil líquido	245.417	157.248	358.831	5.755	7.194	41.583	10.190	826.218

Em 31 de dezembro de 2018

Saldo inicial	245.417	157.248	358.831	5.755	7.194	41.583	10.190	826.218
Aquisições	21	79	14.504	1.977	399	25.807	-	42.787
Baixas	(14)	(57)	(1.035)	(672)	(46)	(641)	(20)	(2.485)
Transferências	-	2.196	20.507	550	71	(23.382)	58	-
Depreciação	-	(5.443)	(39.454)	(1.889)	(1.988)	-	(642)	(49.416)
Imob. em andamento de Terceiros	-	-	-	-	-	(5.324)	-	(5.324)
Crédito de Pis e Cofins	-	(94)	(1.375)	(18)	(47)	(891)	(2)	(2.427)
Saldo contábil líquido	245.424	153.929	351.978	5.703	5.583	37.152	9.584	809.353
Custo	245.424	220.556	884.463	15.104	23.576	37.152	16.097	1.442.372
Depreciação acumulada	-	(66.627)	(532.485)	(9.401)	(17.993)	-	(6.513)	(633.019)
Saldo contábil líquido	245.424	153.929	351.978	5.703	5.583	37.152	9.584	809.353

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, equipamentos de informática.

b) Composição do intangível

Controladora

	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Software em desenvolvimento	Total
Em 31 de dezembro de 2017					
Saldo inicial	104.380	3.918	4.069	-	112.367
Aquisições	-	-	1.696	-	1.696
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	-	(792)	(1.183)	-	(1.975)
Saldo contábil líquido	104.380	3.126	4.582	-	112.088
Custo	104.380	7.081	12.321	-	123.782
Amortização acumulada	-	(3.955)	(7.739)	-	(11.694)
Saldo contábil líquido	104.380	3.126	4.582	-	112.088
Em 31 de dezembro de 2018					
Saldo inicial	104.380	3.126	4.582	-	112.088
Aquisições	-	-	317	20.227	20.544
Baixas	-	-	(112)	-	(112)
Amortização	-	(792)	(1.517)	-	(2.309)
Crédito de Pis e Cofins	-	-	(20)	-	(20)
Saldo contábil líquido	104.380	2.334	3.250	20.227	130.191
Custo	104.380	7.081	12.506	20.227	144.194
Amortização acumulada	-	(4.747)	(9.256)	-	(14.003)
Saldo contábil líquido	104.380	2.334	3.250	20.227	130.191

Consolidado

	Goodwill	Carteira de Clientes	Software	Software em desenvolvimento	Total
Em 31 de dezembro de 2017					
Saldo inicial	104.380	3.918	4.604	-	112.902
Aquisições	-	-	1.696	-	1.696
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	-	(792)	(1.183)	-	(1.975)
Saldo contábil líquido	104.380	3.126	5.117	-	112.623
Custo	104.380	7.081	12.860	-	124.321
Amortização acumulada	-	(3.955)	(7.743)	-	(11.698)
Saldo contábil líquido	104.380	3.126	5.117	-	112.623
Em 31 de dezembro de 2018					
Saldo inicial	104.380	3.126	5.117	-	112.623
Aquisições	-	-	317	20.227	20.544
Baixas	-	-	(112)	-	(112)
Amortização	-	(792)	(1.517)	-	(2.309)
Crédito de Pis e Cofins	-	-	(20)	-	(20)
Saldo contábil líquido	104.380	2.334	3.785	20.227	130.726
Custo	104.380	7.081	13.045	20.227	144.733
Amortização acumulada	-	(4.747)	(9.260)	-	(14.007)
Saldo contábil líquido	104.380	2.334	3.785	20.227	130.726

c) Método de depreciação / amortização

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação / amortização definidas com base na vida útil econômica dos ativos. A taxa utilizada está apresentada pela média ponderada.

	Taxa %	
	31.12.18	31.12.17
Prédios e construções *	2,50	2,50
Equipamentos e instalações **	6,78	6,78
Móveis , utensílios e equipamentos de informática	5,71	5,71
Veículos e tratores	20,00	20,00
<i>Softwares</i>	20,00	20,00
Carteira de clientes	11,11	11,11

* incluem taxas ponderadas de imobilizações em imóveis de terceiros

** incluem taxas ponderadas de *leasing* financeiros

d) Outras informações

As imobilizações em andamento referem-se a obras para melhoria e manutenção do processo produtivo da Companhia.

A Companhia tem responsabilidade por contratos de arrendamento mercantil de máquinas, equipamentos de informática e veículos, com cláusulas de opção de compra, negociados com taxa pré-fixada e 1% de valor residual garantido, pago ao final ou diluído durante a vigência do contrato, e que tem como garantia a alienação fiduciária dos próprios bens. Os compromissos assumidos estão registrados como empréstimos e financiamentos no passivo circulante e não circulante.

As imobilizações em imóveis de terceiros referem-se à reforma civil na Unidade Embalagem SP – Indaiatuba que é depreciada pelo método linear à taxa de 4% (quatro por cento) ao ano. O imóvel é de propriedade das empresas MCFD – Administração de Imóveis Ltda. e PFC – Administração de Imóveis Ltda., sendo que o ônus da reforma foi todo absorvido pela Celulose Irani S.A.

A abertura da depreciação do ativo imobilizado nos exercícios de 2018 e 2017 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Administrativos	2.129	435	2.477	594
Produtivos	46.939	24.201	46.939	24.200
	49.068	24.636	49.416	24.794

A abertura da amortização do intangível nos exercícios de 2018 e 2017 é apresentada conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Administrativos	1.963	794	1.963	794
Produtivos	346	140	346	140
	<u>2.309</u>	<u>934</u>	<u>2.309</u>	<u>934</u>

e) Perdas pela não recuperabilidade de imobilizado (*Impairment*)

Não foram identificados indicadores que pudessem reduzir o valor de realizações dos ativos da Companhia e suas controladas no exercício de 2018.

f) Ativos cedidos em garantia

A Companhia possui ativos imobilizados cedidos em garantia de operações financeiras. Os valores apresentados estão baseados em laudos de avaliação específica na data da contratação das operações ou em avaliações posteriores, de acordo com o determinado em contrato, conforme descrito abaixo:

	31.12.18
Equipamentos e Instalações	346.335
Prédios e construções	115.522
Terrenos	397.786
Total de imobilizado em garantias	<u>859.643</u>

g) Carteira de clientes

A carteira de clientes adquirida na combinação de negócios foi reconhecida no momento inicial, pelo valor justo de R\$ 7.081 e sofreu no exercício de 2018 uma amortização de R\$ 792 (R\$ 792 em 2017), apresentando desta forma um saldo contábil líquido de R\$ 2.334. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

h) Goodwill

O *goodwill* gerado em combinação de negócios da São Roberto S.A. no exercício de 2013, está reconhecido pelo valor de R\$ 104.380 e, é atribuível à expectativa de rentabilidade futura.

Teste do intangível para verificação de *impairment*:

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. O

valor recuperável é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de cinco anos e extrapolados a perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas.

Os fluxos de caixa foram descontados a valor presente através da aplicação da taxa determinada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), que foi calculado através do método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) e que ainda considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizado pela Companhia para financiar suas atividades.

Os principais dados utilizados para cálculo do fluxo de caixa descontado estão apresentados a seguir:

	<u>Premissas</u>
Preços médios de vendas de Papel para Embalagens e Embalagem de Papelão Ondulado (% da taxa de crescimento anual)	4,0%
Margem bruta (% sobre a receita líquida)	32,1%
Taxa de crescimento estimada	5,0%
Taxa de desconto (<i>Wacc</i>)	11,08%

O valor recuperável da UGC para fins de teste de *impairment* não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no período.

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade nas taxas de desconto e de crescimento. Mesmo considerando um acréscimo ou uma redução, respectivamente, de 3,50% na taxa de desconto e de 1,00% na taxa de crescimento, em conjunto, o valor recuperável se mantém superior ao valor em uso.

15. ATIVO BIOLÓGICO

Os ativos biológicos da Companhia compreendem, principalmente, o cultivo e plantio de florestas de pinus para abastecimento de matéria prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel para embalagens, produção de resinas e vendas de toras de madeira para terceiros. Todos os ativos biológicos da Companhia formam um único grupo denominado florestas, que são mensuradas conjuntamente a valor justo em períodos trimestrais. Como a colheita das florestas plantadas é realizada em função da utilização de matéria prima e das vendas de madeira, e todas as áreas são replantadas, a variação do valor justo desses ativos biológicos não sofre efeito significativo no momento da colheita.

O saldo dos ativos biológicos da Companhia é composto pelo custo de formação das florestas e do diferencial do valor justo sobre o custo de formação. Desta forma, o saldo de ativos biológicos como um todo está registrado a valor justo conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Custo de formação dos ativos biológicos	29.782	25.391	89.122	45.099
Diferencial do valor justo ativos biológicos	14.248	8.320	97.478	145.697
	<u>44.030</u>	<u>33.711</u>	<u>186.600</u>	<u>190.796</u>

Do total consolidado dos ativos biológicos, R\$ 105.312 (R\$ 99.700 em 31 de dezembro de 2017) são florestas utilizadas como matéria-prima para produção de celulose e papel, e estão localizados próximos à fábrica de celulose e papel em Vargem Bonita (SC), onde são consumidos. Destes, o montante de R\$ 77.493 (R\$ 65.960 em 31 de dezembro de 2017) se refere a florestas plantadas formadas que possuem mais de seis anos. O restante dos valores refere-se a florestas plantadas em formação, as quais ainda necessitam de tratos silviculturais.

A colheita destas florestas é realizada, principalmente, em função da utilização de matéria-prima para a produção de celulose e papel, e as florestas são replantadas assim que colhidas, formando um ciclo de renovação que atende à demanda de produção da unidade.

Os ativos biológicos consolidados utilizados para produção de resinas e vendas de toras representam R\$ 81.288 (R\$ 91.096 em 31 de dezembro de 2017), e estão localizados no litoral do Rio Grande do Sul. A extração de resina é realizada em função da capacidade de geração deste produto pela floresta existente, e a extração de madeira para venda de toras se dá em função da demanda de fornecimento na região.

a) Premissas para o reconhecimento do valor justo menos custos para vendas dos ativos biológicos.

A Companhia reconhece seus ativos biológicos a valor justo seguindo as seguintes premissas em sua apuração:

- (i) A metodologia utilizada na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foi Income Approach com exaustão da floresta em um ciclo, e corresponde à projeção dos fluxos de caixa futuros líquidos esperado do ativo, descontado a uma taxa de desconto corrente do mercado florestal regional, de acordo com o ciclo de produtividade projetado das florestas nos ciclos de corte determinados em função da otimização da produção, levando-se em consideração as variações de preço e crescimento dos ativos biológicos;

- (ii) A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa foi a de Custo do Capital Próprio (*Capital Asset Pricing Model* – CAPM). O custo do capital próprio é estimado por meio de análise do retorno almejado por investidores em ativos florestais;
- (iii) Os volumes de produtividade projetados das florestas são definidos com base em uma estratificação em função de cada espécie, adotados sortimentos para o planejamento de produção, idade das florestas, potencial produtivo e considerado um ciclo de produção das florestas. Este componente de volume projetado consiste no IMA (Incremento Médio Anual). São criadas alternativas de manejo para estabelecer o fluxo de produção de longo prazo ideal para maximizar os rendimentos das florestas;
- (iv) Os preços adotados para os ativos biológicos são os preços praticados nos três últimos anos, baseados em pesquisas de mercado nas regiões de localização dos ativos e divulgados por empresa especializada. São praticados preços em R\$/metro cúbico, e considerados os custos necessários para colocação dos ativos em condição de venda ou consumo;
- (v) Os gastos com plantio utilizados são os custos de formação dos ativos biológicos praticados pela Companhia;
- (vi) A apuração da exaustão dos ativos biológicos é realizada com base no valor justo médio dos ativos biológicos, multiplicado pelo volume colhido no período;
- (vii) A Companhia revisa o valor justo de seus ativos biológicos em períodos trimestrais considerando o intervalo que julga suficiente para que não haja defasagem do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas demonstrações financeiras.

	Consolidado		
	31.12.18	31.12.17	Impacto no valor justo dos ativos biológicos
Área plantada (hectare)	18.274	17.475	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Remuneração dos ativos próprios que contribuem - %	3,00%	3,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias SC - %	8,50%	8,50%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Florestas Próprias RS - %	9,00%	9,50%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Taxa de desconto - Parcerias - %	9,00%	9,00%	Aumenta a premissa, diminui o valor justo
Preço líquido médio de venda (m³)	51,00	49,00	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Santa Catarina (*)	37,9	39,2	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo
Incremento médio anual (IMA) - Florestas Rio o Grande do Sul (*)	21,2	21,8	Aumenta a premissa, aumenta o valor justo

* O IMA médio anual das Florestas de Pinus do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina diferem em função do manejo, espécie e condições edafoclimáticas distintas. As florestas de Santa Catarina são manejadas visando a utilização para produção de celulose, enquanto as florestas do Rio Grande do Sul são manejadas para extração de goma resina e posterior venda da madeira. O IMA é mensurado em m³ por hectare/ano.

Neste exercício de 2018 a Companhia validou as premissas e critérios utilizados para as avaliações do valor justo dos seus ativos biológicos, e realizou a avaliação de todos os seus ativos biológicos.

De acordo com a hierarquia da mensuração do valor justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

As principais movimentações do exercício são demonstradas abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.16	<u>69.696</u>	<u>235.407</u>
Plantio	4.935	7.997
Exaustão		
Custo histórico	(275)	(1.316)
Valor justo	(393)	(9.119)
Custo venda de floresta	(31.326)	(31.326)
Transferência para capitalização na controlada Iraflor	(7.896)	-
Variação do valor justo	(1.030)	(10.847)
Saldo em 31.12.17	<u>33.711</u>	<u>190.796</u>
Plantio	5.875	10.373
Aquisição de floresta	3.387	3.387
Exaustão		
Custo histórico	(20)	(1.478)
Valor justo	(31)	(15.110)
Transferência para capitalização na controlada Iraflor	(5.030)	-
Variação do valor justo	6.138	(1.368)
Saldo em 31.12.18	<u>44.030</u>	<u>186.600</u>

A exaustão dos ativos biológicos dos exercícios de 2018 e de 2017 foi substancialmente reconhecida no resultado do exercício, após alocação nos estoques mediante colheita das florestas e utilização no processo produtivo ou venda para terceiros.

Em 19 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou com a Timber XI SPE S.A. Contrato de Compra e Venda de Ativos, por meio do qual a Companhia vendeu à Compradora aproximadamente 1.855 hectares de florestas em pé pelo valor de R\$ 19.100. Em decorrência da venda das florestas, a Compradora e a Companhia celebraram um Contrato de Prestação de Serviços, por meio do qual a Companhia se comprometeu a prestar serviços de gerenciamento florestal com relação às florestas ao longo do prazo de 8 anos, tendo em vista sua elevada experiência nesse escopo de serviço.

Adicionalmente, como parte desta operação a Companhia vendeu à Compradora o imóvel denominado Fazenda São Pedro com aproximadamente 1.520 hectares de área total, pelo valor de R\$ 12.166. Em decorrência da venda da Fazenda São Pedro, a Compradora e a Companhia também celebraram um Contrato de Arrendamento de Imóvel Rural, por meio do qual a Companhia possui o direito de exploração das florestas de sua propriedade plantadas sobre o imóvel, ao longo do prazo de 8 anos.

Encerrado o período de arrendamento a Companhia possui a opção de recompra do referido imóvel pelo valor de venda corrigido pela inflação (IPCA). O contrato foi classificado como arrendamento operacional.

Em 11 de abril de 2016, a Companhia e a sua subsidiária Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. celebraram com a Global Fund Reflorestamento e Exploração de Madeira Ltda. (“Global”), Contrato de Compra e Venda de Floresta, por meio do qual a Companhia vendeu à Global aproximadamente 4.644 hectares de florestas, pelo valor de R\$ 55.500, de forma que a Global explorará as florestas ao longo do prazo de 11 anos. As florestas vendidas não comprometem o suprimento florestal da Companhia uma vez que excedem ao necessário para a estratégia de suprimento da fábrica de celulose.

Em decorrência da Operação, a Global e a Companhia também celebraram um Contrato de Prestação de Serviços, por meio do qual a Companhia se comprometeu a prestar serviços de gerenciamento florestal com relação às florestas, tendo em vista sua elevada experiência nesse escopo de serviço.

A Global outorgou ainda opções de compra anuais, que poderiam ser exercidas ao longo dos próximos 11 (onze) anos, em favor da Irani Participações S.A., controladora da Companhia, em relação à aquisição de talhões das florestas, de forma que a Irani Participações S.A., diretamente ou por meio de uma afiliada, inclusive a Companhia, poderia adquiri-los durante esse período. As opções de compra das florestas poderiam ser exercidas pela Irani Participações ou pela Companhia, pois dependiam da evolução do mercado de florestas e da estratégia de suprimento de madeira da Companhia.

A Companhia exerceu as opções de compra de 2016 a 2018, sendo que estas somavam aproximadamente 1.650 hectares de florestas. Em 21 de junho de 2018, as demais opções de compra foram rescindidas, inclusive a opção exercida de 2018, não permanecendo nenhuma opção de compra válida a partir desta data. Em função do cancelamento da opção de 2018, que havia sido exercida, as opções de compra efetivamente realizadas são as relativas aos períodos de 2016 e 2017, sendo que estas somam aproximadamente 1.450 hectares de florestas.

No primeiro trimestre de 2018, foi autorizado o aporte de novos ativos biológicos no montante de R\$ 5.030, na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. Esta operação teve por objetivo final proporcionar uma melhor gestão dos ativos florestais.

b) Ativos biológicos cedidos em garantia

A Companhia e suas controladas deram parte dos ativos biológicos em garantias de operações financeiras no valor de R\$ 81.595, o que representa aproximadamente 44% do valor total dos ativos biológicos, e equivale a 15,6 mil hectares de terras utilizadas, com aproximadamente 6,6 mil hectares de florestas plantadas.

c) Produção em terras de terceiros

A Companhia possui ainda alguns contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, chamados de parcerias. Estes contratos possuem validade até que o total das florestas plantadas existentes nestas áreas sejam colhidas em um ciclo de aproximadamente 15 anos. Em decorrência da operação realizada com a Timber XI SPE S.A., onde a Companhia vendeu aproximadamente 1.520 hectares de área de terras e celebrou Contrato de Arrendamento do Imóvel pelo prazo de 8 anos, passaram a compor a produção em terras de terceiros aproximadamente 732 hectares de florestas. O montante de ativos biológicos em terras de terceiros representa atualmente aproximadamente 5% da área total com ativos biológicos da Companhia.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Abertura dos saldos contábeis

		Controladora		Consolidado	
		31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Circulante	Encargos anuais %				
Moeda nacional					
Finame	Fixo a 3,47%, TJLP + 5,06%, Selic + 5,59%	2.492	4.687	2.492	4.687
Capital de giro	Fixo a 9,83%, CDI + 5,87% e 136,7% do CDI	99.798	84.086	99.834	84.086
Capital de giro - Operação Sindicalizada	CDI + 5,00%	43.764	13.059	43.764	13.059
Leasing financeiro	Fixo a 14,85%	1.360	928	1.360	928
BNDES	TJLP + 3,60%	10.616	8.413	10.616	8.413
Total moeda nacional		158.030	111.173	158.066	111.173
Moeda estrangeira					
Adiantamento contrato de câmbio	Fixo entre 5,05% e 6,10%	21.530	26.800	21.530	26.800
Bank of America - PPE	Libor + 8,00%	53.469	467	53.469	467
Banco Santander PPE	Libor + 6,95%	2.222	591	2.222	591
Banco Rabobank e Santander PPE	Libor + 6,95%	50.183	14.195	50.183	14.195
Banco LBBW - FINIMP	Euribor + 1,55%	1.533	1.358	1.533	1.358
Banco De Lage Landen	8,20% a.a.	375	321	375	321
Total moeda estrangeira		129.312	43.732	129.312	43.732
Total do circulante		287.342	154.905	287.378	154.905
Não Circulante					
Moeda nacional					
Finame	Fixo a 3,47%, TJLP + 5,06%, Selic + 5,59%	2.575	6.339	2.575	6.339
Capital de giro	Fixo a 9,83%, CDI + 5,87% e 136,7% do CDI	140.418	111.118	140.474	111.118
Capital de giro - Operação Sindicalizada	CDI + 5,00%	121.949	162.310	121.948	162.310
Leasing financeiro	Fixo a 14,85%	1.094	1.482	1.094	1.482
BNDES	TJLP + 3,60%	22.554	33.237	22.554	33.237
Total moeda nacional		288.590	314.486	288.645	314.486
Moeda estrangeira					
Bank of America - PPE	Libor + 8,00%	91.747	122.668	91.747	122.668
Banco Santander PPE	Libor + 6,95%	5.902	6.734	5.902	6.734
Banco Rabobank e Santander PPE	Libor + 6,95%	149.967	170.450	149.967	170.450
Banco LBBW - FINIMP	Euribor + 1,55%	765	2.053	765	2.053
Banco De Lage Landen	8,20% a.a.	562	800	562	800
Total moeda estrangeira		248.943	302.705	248.943	302.705
Total do não circulante		537.533	617.191	537.588	617.191
Total		824.875	772.096	824.966	772.096
		Controladora		Consolidado	
Vencimentos no longo prazo:		31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
2019		-	207.635	-	207.635
2020		250.322	168.280	250.363	168.280
2021		182.908	144.431	182.922	144.431
2022 a 2024		104.303	96.845	104.303	96.845
		537.533	617.191	537.588	617.191

Em 28 de março de 2018 foi nos apresentado pelo Banco Credit Suisse contrato de negociação com o Bank Of América NA, passando este a ser credor do contrato CBSBBR20101000015 *Credit Agreement and Export Prepayment Agreement (PPE)*.

b) Cronograma de amortização dos custos de captação

	Controladora e Consolidado				
	2019	2020	2021	2022	Total
Em moeda nacional					
Capital de giro	(1.481)	(586)	(179)	(48)	(2.294)
Capital de giro - Operação Sindicalizada CCE	(1.369)	(1.040)	(679)	(219)	(3.307)
Total moeda nacional	(2.850)	(1.626)	(858)	(267)	(5.601)
Em moeda estrangeira					
Bank Of America NA - PPE	(495)	(183)	(28)	-	(706)
Banco Rabobank e Santander PPE	(851)	(634)	(406)	(129)	(2.020)
Total moeda estrangeira	(1.346)	(817)	(434)	(129)	(2.726)
	(4.196)	(2.443)	(1.292)	(396)	(8.327)

c) Operações significativas contratadas no período

- i) Capital de Giro – Banco BTG Pactual CCE: firmados dois contratos de CCE junto ao Banco BTG Pactual totalizando R\$ 36.178, com vencimento final em março de 2021 e taxa de juros de CDI + 6,00% a.a. O empréstimo será liquidado em parcelas mensais a partir de abril de 2019. Também foram alongados dois contratos de CCE totalizando R\$ 33.552, que passaram a contar com as mesmas condições acima.
- ii) Capital de Giro – Banco SAFRA S.A. CCE: firmados dois contratos de CCEs junto ao Banco SAFRA S.A. a taxa de juros de 137% do CDI a.a.. Sendo: um contrato no valor de R\$ 10.000 com vencimento final em agosto de 2021, que será liquidado em parcelas mensais a partir de outubro de 2018, outro contrato no valor de R\$ 9.500 com vencimento final em julho de 2021 com carência de 12 meses e pagamento de juros mensais a partir de setembro de 2018 e também foi alongado o contrato no valor de R\$ 38.700 com carência de 12 meses, vencimento final em julho de 2021 e pagamento de juros a partir de setembro de 2018, com a mesma taxa de juros mencionada acima.

d) Garantias

A Companhia mantém em garantia das operações de empréstimos e financiamentos aval de empresas controladoras e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, ativos biológicos (florestas) e cessão fiduciária de recebíveis com valor aproximado de R\$ 289.800. Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

- i) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, captado junto ao Credit Suisse e assumido em 28 de março de 2018 pelo Bank Of America NA, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A.

- ii) Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Rabobank e Santander, foram oferecidos como garantia terras e florestas no valor de R\$ 164.700.
- iii) Para o empréstimo de Capital de Giro – Operação Sindicalizada, contratada junto aos bancos Itaú, Santander e Rabobank, foram oferecidos como garantias terras e florestas no valor de R\$ 156.709 e cessão fiduciária de recebíveis no valor de R\$ 15.000.
- iv) Para o financiamento contratado junto ao BNDES foram oferecidos como garantias um imóvel industrial abrangendo terreno, construções e equipamentos, dois imóveis comerciais e um residencial, que perfazem um montante de R\$ 121.436 .
- v) Para empréstimo de capital de giro – Operação CCE contratada junto ao BTG Pactual foram oferecidos como garantias reais e fiduciárias de bens e direitos da Companhia no valor de R\$ 59.216.
- vi) Para o alongamento das operações junto aos bancos Itaú BBA, Santander e Rabobank foi oferecida como garantia adicional a planta industrial Papel SC - abrangendo terreno, construções e equipamentos, que perfazem um montante de R\$ 289.800.

e) Cláusulas Financeiras Restritivas

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida.

Índices financeiros com verificação anual:

- i) Banco Itaú BBA – CCE
- ii) Banco Santander Brasil – PPE
- iii) Capital de Giro – Operação Sindicalizada
- iv) Banco Rabobank – CCE
- v) Banco Santander – CCE
- vi) Banco Rabobank e Santander – PPE
- vii) Capital de Giro – Banco BTG Pactual CCE

a) Relação entre a dívida líquida e o EBITDA:

	Contratado 2018	Apurado 2018	Contratado 2019	Contratado 2020	Contratado 2021
i) Banco Itaú BBA – CCE	4	3,88	3,5	3,5	3,5
ii) Banco Santander Brasil – PPE	4	3,88	3,5	3,5	3,5
iii) Capital de Giro – Operação Sindicalizada	4	3,88	3,5	3,5	3,5
iv) Banco Rabobank – CCE	4	3,88	3,5	3,5	3,5
v) Banco Santander – CCE	4	3,88	3,5	3,5	3,5
vi) Banco Rabobank e Santander – PPE	4	3,88	3,5	3,5	3,5
vii) Capital de Giro – Banco BTG Pactual CCE	4,5	3,88	4	3,5	-

b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida:

	Contratado 2018	Apurado 2018	Contratado 2019	Contratado 2020	Contratado 2021
i) Banco Itaú BBA – CCE	1,75	1,85	2	2	2
ii) Banco Santander Brasil – PPE	1,75	1,85	2	2	2
iii) Capital de Giro – Operação Sindicalizada	1,75	1,85	2	2	2
iv) Banco Rabobank – CCE	1,75	1,85	2	2	2
v) Banco Santander – CCE	1,75	1,85	2	2	2
vi) Banco Rabobank e Santander – PPE	1,75	1,85	2	2	2
vii) Capital de Giro – Banco BTG Pactual CCE	1,50	1,85	2	2	-

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia atendeu os indicadores financeiros contratados junto aos credores acima.

Índices financeiros com verificação trimestral:

Bank of America - PPE

a) Relação entre a dívida líquida e o EBITDA:

	1T18 a 3T18	4T18 a 3T19	4T19 a 3T20	4T20 a 2T21
Contratado	5	4,5	4	3,5
Apurado	3,5 - 3,58 - 3,29	3,88	-	-

b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida:

Relação entre o EBITDA e Despesas Financeiras - maior ou igual (x)			
	1T18	2T18 a 3T18	4T18 a 2T21
Contratado	1,5	1,75	2
Apurado	2,09	2,12 - 2,23	1,85

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia obteve *waiver* junto ao credor por não ter atendido o índice do item “b”.

Legenda:

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário.

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida.

f) Movimentação sumária dos empréstimos e financiamentos

Controladora	Alterações caixa			Alterações não caixa				31.12.17
	31.12.16	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros / Dividendos	Variação cambial e juros	Hedge Accounting	Dividendos Propostos	Banco conta vinculada	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	917.375	(140.346)	(105.624)	106.175	(5.598)	-	114	772.096
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	4.234	-	(4.143)	-	-	-	-	91

Controladora	Alterações caixa			Alterações não caixa				31.12.18
	31.12.17	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros / Dividendos	Variação cambial e juros	Hedge Accounting	Dividendos Propostos	Banco conta vinculada	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	772.096	(23.477)	(68.675)	98.237	46.694	-	-	824.875
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	91	-	(68)	-	-	3.746	-	3.769

Consolidado	Alterações caixa			Alterações não caixa				31.12.17
	31.12.16	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros / Dividendos	Variação cambial e juros	Hedge Accounting	Dividendos Propostos	Banco conta vinculada	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	917.375	(140.346)	(105.624)	106.175	(5.598)	-	114	772.096
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	4.234	-	(4.143)	-	-	-	-	91

Consolidado	Alterações caixa			Alterações não caixa				31.12.18
	31.12.17	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de juros / Dividendos	Variação cambial e juros	Hedge Accounting	Dividendos Propostos	Banco conta vinculada	
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	772.096	(23.386)	(68.675)	98.237	46.694	-	-	824.966
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	91	-	(68)	-	-	3.746	-	3.769

17. FORNECEDORES

Correspondem aos débitos junto a fornecedores conforme a seguir:

CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Interno				
Materiais	67.138	59.042	67.534	59.276
Prestador de serviços	8.637	7.628	9.048	7.775
Transportadores	15.593	14.867	15.683	14.876
Partes relacionadas	24.795	13.626	-	-
Outros	2.268	629	2.268	629
Externo				
Materiais	552	395	552	395
	<u>118.983</u>	<u>96.187</u>	<u>95.085</u>	<u>82.951</u>

18. PARTES RELACIONADAS

Controladora	Créditos a receber		Contas a pagar	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Habitasul Florestal S.A.	-	-	1.056	1.890
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	23.752	11.725
Remuneração dos administradores	-	-	1.907	799
Participação dos administradores	-	-	692	692
Habitasul Desenvolvidores Imobiliários	-	-	17	17
Irani Geração de Energia Sustentável Ltda	-	13	-	-
Koch Metalúrgica S.A.	157	19.686	-	-
Irani Participações S/A	4.500	-	764	751
Total	<u>4.657</u>	<u>19.699</u>	<u>28.188</u>	<u>15.874</u>
Parcela circulante	1.957	1.956	28.188	15.874
Parcela não circulante	2.700	17.743	-	-

Controladora	Receitas		Despesas	
	2018	2017	2018	2017
Habitasul Florestal S.A.	-	-	8.638	8.969
Gratificações à Administradores	-	-	-	5.000
Iraflor - Com. de Madeiras Ltda	-	-	23.986	11.839
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	288	289
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	1.296	1.297
PFD Administradora de Imóveis Ltda	-	-	324	1.297
Irani Participações S/A	-	-	9.271	5.269
Habitasul Desenvolvidores Imobiliários	-	-	176	177
Koch Metalúrgica S.A.	310	726	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	10.433	8.218
Total	<u>310</u>	<u>726</u>	<u>54.412</u>	<u>42.355</u>

Consolidado	Créditos a receber		Contas a pagar	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Habitasul Desenvolvidos Imobiliários	-	-	17	17
Koch Metalúrgica S.A.	157	19.686	-	-
Remuneração dos administradores	-	-	1.907	799
Irani Participações S/A	4.500	-	764	751
Participação dos administradores	-	-	692	692
Total	<u>4.657</u>	<u>19.686</u>	<u>3.380</u>	<u>2.259</u>
Parcela circulante	1.957	1.943	3.380	2.259
Parcela não circulante	2.700	17.743	-	-

Consolidado	Receitas		Despesas	
	31.12.18	2017	31.12.18	2017
Irani Participações S/A	-	-	9.271	5.269
Gratificações à Administradores	-	-	-	5.000
Druck, Mallmann, Oliveira & Advogados Associados	-	-	216	289
MCFD Administração de Imóveis Ltda	-	-	1.296	1.297
PFD Administradora de Imóveis Ltda	-	-	324	1.297
Remuneração dos administradores	-	-	10.485	8.271
Habitasul Desenvolvidos Imobiliários	-	-	176	177
Koch Metalúrgica S.A.	310	726	-	-
Total	<u>310</u>	<u>726</u>	<u>21.768</u>	<u>21.600</u>

Os débitos junto às controladas Habitasul Florestal S.A. e Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. são decorrentes de operações comerciais e de aquisição de matéria-prima.

O débito junto a MCFD Administração de Imóveis Ltda., e PFD Administradora de Imóveis Ltda. corresponde ao valor mensal de aluguel da Unidade Embalagem SP – Indaiatuba partilhado em 50% para cada uma, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis. O valor mensal pago à parte relacionada é de R\$ 128, sendo que o valor total mensal contratado atual é de R\$ 256 reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os créditos junto a Koch Metalúrgica S.A. são decorrentes de recebíveis referente a aluguel de imóvel no valor de R\$ 20, e de recebíveis referente a venda de mercadorias no valor de R\$ 137. Estes saldos são mantidos a valores históricos, sem atualizações monetárias nem juros. As partes relacionadas Irani Participações S.A. e Companhia Comercial de Imóveis, são avalistas garantidoras destes saldos. Neste exercício foi firmado o Termo de Acordo e distrato de Contratos de Compra e Venda de Equipamentos, sob o qual a Companhia foi ressarcida em dinheiro do montante total do adiantamento de R\$ 17.743. Também neste exercício foi recebido o montante de R\$ 2.098 referente à pagamento de recebíveis de aluguel de imóvel. O contrato de aluguel foi rescindindo em 24 de dezembro de 2018 em decorrência da venda do imóvel conforme nota explicativa nº 13.

As despesas com honorários da Administração, sem encargos sociais, totalizaram na controladora R\$ 10.433 no exercício de 2018 (R\$ 13.218 no exercício de 2017) e no consolidado R\$ 10.485 no exercício de 2018 (R\$ 13.271 no exercício de 2017).

A remuneração global dos administradores foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2018 no valor máximo de R\$ 12.000.

O débito junto a Irani Participações S/A. corresponde principalmente a contrato de remuneração de garantia, pelo qual a Companhia remunera fianças e avais outorgados pela Irani Participações S/A., em seu favor, para viabilizar a contratação de empréstimos e financiamentos.

O crédito junto a Irani Participações S/A. corresponde a assunção de dívida da empresa Koch Metalúrgica S.A. referente a venda de imóvel conforme nota explicativa nº 13.

19. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS

Trata-se de parcelamento de PIS e COFINS em que a Companhia realizou compensações com origem na exclusão do ICMS da base das referidas contribuições. A Companhia mantinha provisão para contingências em relação ao assunto, e em função da demora e da indecisão referente a modulação dos efeitos do julgamento em sede de repercussão geral por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), optou pelo seu parcelamento.

O montante total de tributo levado a parcelamento foi de R\$ 25.219 (R\$ 31.349 atualizado com multa e juros), sendo este parcelado em 60 meses. O saldo deste parcelamento em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 29.218, sendo que R\$ 6.493 classificados no curto prazo e R\$ 22.725 classificados no longo prazo.

20. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada pela opinião de seus advogados e consultores legais, a Administração acredita que o saldo da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários é suficiente para cobrir perdas prováveis.

Abertura do saldo da provisão:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Provisões cíveis	1.635	1.716	1.635	1.716
Provisões trabalhistas	6.550	6.428	6.874	6.832
Provisões tributárias	14.797	47.549	14.797	47.549
Total	<u>22.982</u>	<u>55.693</u>	<u>23.306</u>	<u>56.097</u>

	31.12.17	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.18
Controladora						
Cível	1.716	95	(28)	(148)		1.635
Trabalhista	6.428	2.191	(981)	(66)	(1.022)	6.550
Tributária	47.549	11.583	-	(44.335)		14.797
	<u>55.693</u>	<u>13.869</u>	<u>(1.009)</u>	<u>(44.549)</u>	<u>(1.022)</u>	<u>22.982</u>
Consolidado	31.12.17	Provisão	Pagamentos	Reversão	Depósitos judiciais vinculados	31.12.18
Cível	1.716	95	(28)	(148)		1.635
Trabalhista	6.832	2.369	(1.026)	(279)	(1.022)	6.874
Tributária	47.549	11.583	-	(44.335)		14.797
	<u>56.097</u>	<u>14.047</u>	<u>(1.054)</u>	<u>(44.762)</u>	<u>(1.022)</u>	<u>23.306</u>

As provisões constituídas referem-se principalmente a:

- a) Os processos cíveis relacionam-se, entre outras questões, a pedidos indenizatórios de rescisões contratuais de Representação Comercial. Em 31 de dezembro de 2018, havia R\$ 1.635 provisionado para fazer frente às eventuais condenações nesses processos.
- b) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de horas-extras, adicionais de insalubridade, periculosidade, enfermidades e acidentes de trabalho. Com base em experiência passada e na assessoria de seus advogados, a Companhia mantém provisionado R\$ 6.874 em 31 de dezembro de 2018 e, acredita que seja suficiente para cobrir eventuais perdas trabalhistas.
- c) As provisões tributárias totalizam um valor de R\$ 14.797, e se referem principalmente à:
 - i) Processos Administrativo e Judicial referente a glosa de créditos de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, no montante total de R\$ 796. Os processos encontram-se em trâmite na esfera administrativa e judicial e aguardam julgamento.
 - ii) Apropriação de Crédito Presumido de ICMS no Estado de Minas Gerais vinculado a Protocolo de Intenções para Investimento na Unidade Papel localizada no Município de Santa Luzia, os quais não foram iniciados pois aguarda autorização dos Órgãos Ambientais e por razões estratégicas de mercado da Companhia. O montante apropriado até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 6.552, para o qual foi constituída provisão para riscos tributários no valor corrigido de R\$ 9.002.

A Companhia mantinha provisão para contingências em relação a compensação de PIS e COFINS com origem na exclusão de ICMS na base das referidas contribuições, e em função da demora e da indecisão referente a modulação dos efeitos do julgamento em sede de repercussão geral por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), optou pelo seu parcelamento. O montante total de tributo levado a parcelamento foi de R\$ 25.219 (R\$ 31.349 atualizado com multa e juros), conforme nota explicativa nº 19.

Contingências

Para as contingências avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis não foram constituídas provisões contábeis. Em 31 de dezembro de 2018, o montante dessas contingências possíveis de naturezas trabalhistas, cíveis, e tributárias é composto como segue:

	Consolidado	
	31.12.18	31.12.17
Contingências trabalhistas	10.422	15.289
Contingências cíveis	8.539	7.897
Contingências tributárias	99.884	70.389
	<u>118.845</u>	<u>93.575</u>

Contingências trabalhistas:

As ações trabalhistas avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 10.422 em 31 de dezembro de 2018 e contemplam principalmente causas de indenização (periculosidade, insalubridade, horas extras, adicionais, danos materiais decorrentes de acidente de trabalho). Se encontram em diversas fases processuais de andamento.

Contingências cíveis:

As ações cíveis avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 8.539 em 31 de dezembro de 2018 e contemplam principalmente ações de indenizações que se encontram em diversas fases processuais de andamento.

Contingências tributárias:

As ações tributárias avaliadas pela administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis totalizam R\$ 99.884 em 31 de dezembro de 2018 e contemplam principalmente os seguintes processos:

- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças do Estado de Santa Catarina, oriundos de suposto crédito tributário indevido de ICMS na aquisição de

materiais utilizados no processo produtivo das unidades Industriais instaladas neste Estado, com valor em 30 de dezembro de 2018 de R\$ 44.822. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.

- Processos Administrativos referente a Autos de Infração de PIS e COFINS oriundos de suposto crédito tributário indevido, com valor em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 34.250. A Companhia contesta os referidos autos administrativamente e aguarda julgamento dos respectivos recursos.
- Processos Administrativos e Judiciais referentes a cobranças de supostos débitos de INSS, oriundos de Notificações Fiscais que versam sobre contribuição social incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais e compensação de débitos com créditos originados pela aplicação de alíquota maior do RAT nas Unidades Administrativas da Companhia, que totalizam em 31 de dezembro de 2018 o valor de R\$ 6.941. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.
- Processo Administrativo referente a Autos de Infração oriundo de compensação de tributos federais com Crédito Presumido de IPI sobre exportações com valor em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 5.957. A Companhia discute judicialmente a referida notificação fiscal.
- Processos referentes a Autos de Infração de IRPJ e CSLL oriundos de compensação de débitos destes tributos com créditos da mesma espécie, com valor em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 3.433. A Companhia discute administrativa e judicialmente as referidas notificações fiscais.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2018 e de 31 de dezembro de 2017, é de R\$ 161.895, composto por 166.720.235 ações sem valor nominal, sendo 153.909.975 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais. As ações preferenciais possuem direito a dividendos em igualdade de condições com as ações ordinárias, e têm prioridade de reembolso do capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial em caso de liquidação da Companhia e possuem também direito de Tag Along de 100%. A Companhia poderá emitir ações preferenciais, sem valor nominal e sem direito a voto, até o limite de 2/3 do número das ações representativas do capital social, bem como aumentar as espécies ou classes existentes sem guardar proporção entre si.

b) Ações em tesouraria

		Controladora		Controladora	
		31.12.18		31.12.17	
		Quant.	Valor	Quant.	Valor
i) Plano de recompra	Ordinárias	24.000	30	24.000	30
ii) Direito de recesso	Preferenciais	2.352.100	6.804	2.352.100	6.804
		<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>	<u>2.376.100</u>	<u>6.834</u>

i) Plano de recompra: teve por objetivo maximizar o valor das ações para os acionistas, e teve como prazo para realização da operação 365 dias, até 23 de novembro de 2011.

ii) Direito de recesso: as ações adquiridas foram objeto de alterações de vantagens atribuídas às ações preferenciais da Companhia deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19 de abril de 2012. Os acionistas titulares das ações preferenciais dissidentes tiveram direito de retirarem-se da Companhia mediante reembolso do valor das ações com base no valor patrimonial constante do balanço de 31 de dezembro de 2011.

c) Pagamento baseado em ações

A Companhia realizou em 2013 um programa de remuneração com base em ações chamado de Primeiro programa do plano de outorga de opções de ações (Programa I), liquidado com ações, segundo o que a entidade recebeu os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia.

As opções de compra de ações foram concedidas aos administradores e a alguns empregados conforme decisão do Conselho de Administração em 09 de maio de 2012 e foram aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de maio de 2012. A totalidade das opções foram exercidas no período entre 1º de abril de 2013 e 30 de abril de 2013. A Companhia não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

A quantidade de opções exercida pelos participantes foi de 1.612.040 ações pelo preço médio de exercício por ação de R\$ 1,26.

d) Lucro do exercício

Em conformidade com o Art. 202 da Lei 6.404/1976 os acionistas possuem direito de dividendos mínimos e obrigatórios. No caso da Companhia está previsto no estatuto que os dividendos mínimos serão de 25% do lucro líquido após a compensação de prejuízos acumulados, a destinação da reserva legal e a destinação da reserva de incentivos fiscais.

A Companhia adiciona ao lucro base para distribuição de dividendos, as realizações da reserva de ativos biológicos e da reserva de ajustes de avaliação patrimonial.

O cálculo dos dividendos e o saldo de dividendos a pagar estão assim compostos:

	2018	2017
Lucro /(prejuízo) líquido do exercício	3.011	(108.173)
(-) Reserva legal	(151)	-
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos	2.587	10.120
Reserva de lucros realizada - ativos biológicos (controladas)	590	518
Realização - custo atribuído	8.948	12.530
Lucro /(prejuízo) base para distribuição de dividendos	14.985	(85.005)
Dividendo mínimo obrigatório	3.746	-
Dividendos distribuídos antecipadamente	-	-
Saldo de dividendos a pagar	3.746	-
Total de dividendos por ação ordinária (R\$ por ação)	0,022794	-
Total de dividendos por ação preferencial (R\$ por ação)	0,022794	-

e) Reservas de lucros

As Reservas de lucros estão compostas por: i) reserva legal, ii) reserva de ativos biológicos, iii) reserva de retenção de lucros, iv) reservas de incentivos fiscais.

i) Em conformidade com o Estatuto da Companhia a Reserva legal é constituída através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou para aumento de capital.

ii) A reserva de ativos biológicos foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos biológicos a valor justo no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. A criação desta reserva estatutária foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2012, quando ocorreu a transferência do montante reconhecido anteriormente em reserva de lucros a realizar.

iii) A reserva de retenção de lucros está composta pelo saldo de lucros remanescentes após a compensação dos prejuízos e a constituição da reserva legal, bem como diminuído da parcela de dividendos distribuídos. Esses recursos serão destinados a investimentos em ativo imobilizado previamente aprovados pelo Conselho de Administração ou poderão, futuramente, serem deliberados para distribuição pela Assembleia Geral. Alguns contratos com credores contêm cláusulas restritivas para distribuição de dividendos superiores ao mínimo legal na data da deliberação para seu respectivo pagamento.

iv) A reserva de incentivos fiscais foi constituída pela parcela do lucro líquido de exercícios anteriores decorrente de subvenções governamentais para investimentos, conforme itens ii. e iii. da nota explicativa nº 32, sendo excluída da base do dividendo obrigatório.

f) Ajustes de avaliação patrimonial

Foi constituída em função de a Companhia ter avaliado seus ativos imobilizados (terras, maquinários e edificações) ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS. Sua realização se dará pela depreciação do respectivo valor de custo atribuído, quando também será oferecida a base de dividendos, o saldo líquido dos tributos em 31 de dezembro de 2018 corresponde a um saldo credor de R\$ 187.597, (R\$ 196.545 em 31 de dezembro de 2017).

Também estão registrados os valores dos instrumentos financeiros designados como *hedge* de fluxo de caixa líquidos dos efeitos tributários, o saldo líquido dos tributos em 31 de dezembro de 2018 corresponde a um saldo devedor de R\$ 108.691, (R\$ 77.873 em 31 de dezembro de 2017).

As movimentações dos ajustes de avaliação patrimonial estão demonstradas no quadro abaixo:

	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2016	127.507
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	3.695
Realização - custo atribuído	(12.530)
Em 31 de dezembro de 2017	118.672
<i>Hedge</i> fluxo de caixa	(30.818)
Realização - custo atribuído	(8.948)
Em 31 de dezembro de 2018	78.906

22. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) por ação básico e diluído é calculado pela divisão do prejuízo das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada das ações disponíveis durante o exercício. A Companhia não possui efeitos de ações potenciais como dívidas conversíveis em ações, desta forma o lucro (prejuízo) diluído é igual ao lucro (prejuízo) básico por ação.

Lucro (prejuízo) básico e diluído das operações continuadas:

	2018		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Lucro do exercício atribuível a cada espécie de ações	2.819	192	3.011
Lucro por ação básico e diluído - R\$	0,0183	0,0183	

	2017		
	Ações ON Ordinárias	Ações PN Preferenciais	Ações ON e PN Total
Média ponderada da quantidade de ações	153.885.975	10.458.160	164.344.135
Prejuízo do exercício atribuível a cada espécie de ações	(101.289)	(6.884)	(108.173)
Prejuízo por ação básico e diluído - R\$	(0,6582)	(0,6582)	

23. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida da Companhia está apresentada conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta de vendas de produtos	1.174.115	1.100.859	1.186.109	1.109.805
Impostos sobre as vendas	(240.282)	(239.290)	(241.000)	(239.978)
Devoluções de vendas	(12.126)	(10.500)	(12.292)	(10.658)
Receita líquida de vendas	921.707	851.069	932.817	859.169

24. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A composição das despesas por natureza está apresentada conforme segue:

	Controladora		Controladora	
	2018	2017	2018	2017
Custos fixos e variáveis (matérias primas e materias de consumo)	(506.116)	(423.809)	(476.494)	(405.919)
Gastos com pessoal	(147.572)	(148.264)	(157.648)	(157.477)
Variação valor justo ativos biológicos	6.138	(1.030)	(1.368)	(10.847)
Depreciação, amortização e exaustão	(51.949)	(85.485)	(68.833)	(95.576)
Frete de vendas	(47.524)	(45.297)	(47.524)	(45.297)
Contratação de serviços	(24.352)	(22.406)	(26.189)	(23.531)
Outras despesas com vendas	(37.384)	(40.734)	(37.384)	(40.734)
Total custos e despesas por natureza	(808.759)	(767.025)	(815.440)	(779.381)

Parcela do custo	(670.709)	(621.676)	(668.334)	(622.425)
Parcela da despesa	(144.188)	(144.319)	(145.738)	(146.109)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	6.138	(1.030)	(1.368)	(10.847)

25. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Receitas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receita de bens sinistrados e alienados	13.135	14.896	13.135	14.946
Receita de alienação de florestas	-	19.100	-	19.100
Outras receitas operacionais	2.959	2.861	3.183	2.891
	<u>16.094</u>	<u>36.857</u>	<u>16.318</u>	<u>36.937</u>
Despesas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Custo dos bens sinistrados e alienados	(15.358)	(8.322)	(15.358)	(8.371)
Custo das florestas alienadas	-	(31.642)	-	(31.642)
Efeito da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)	-	(4.893)	-	(4.893)
Exclusão do ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS	(2.514)	(25.051)	(2.514)	(25.051)
Multa exclusão do ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS	4.350	(9.394)	4.350	(9.394)
Reversão da provisão perda de créditos a receber XKW Trading	500	(3.018)	500	(3.018)
Provisão perda de créditos a receber de clientes em renegociação e recuperação judicial	-	(18.506)	-	(18.506)
Provisão de subvenção governamental Estado MG	(1.244)	(5.969)	(1.244)	(5.969)
Provisão perda de crédito tributário consolidação REFIS	-	(1.701)	-	(1.701)
Outras despesas operacionais	(1.461)	(2.424)	(1.594)	(2.445)
	<u>(15.727)</u>	<u>(110.920)</u>	<u>(15.860)</u>	<u>(110.990)</u>
Total	367	(74.063)	458	(74.053)

A despesa descrita como Exclusão do ICMS da base das contribuições de PIS e COFINS se referia à constituição de provisão para riscos tributários conforme nota explicativa nº 20. Neste período a Companhia ajustou e reverteu a provisão, constituindo parcelamento tributário conforme detalhado na nota explicativa nº 19.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	4.713	7.120	4.748	7.969
Juros	1.210	176	1.210	184
Descontos obtidos	385	127	388	127
	<u>6.308</u>	<u>7.423</u>	<u>6.346</u>	<u>8.280</u>
Variação cambial				
Variação cambial ativa	19.899	13.662	19.899	13.662
Variação cambial passiva	(25.494)	(22.459)	(25.494)	(22.459)
Variação cambial líquida	<u>(5.595)</u>	<u>(8.797)</u>	<u>(5.595)</u>	<u>(8.797)</u>
Despesas financeiras				
Juros	(100.784)	(103.646)	(100.792)	(103.672)
Descontos concedidos	(927)	(541)	(928)	(541)
Deságios/despesas bancárias	-	(35)	-	(43)
Outros	(1.240)	(1.533)	(1.243)	(1.533)
	<u>(102.951)</u>	<u>(105.755)</u>	<u>(102.963)</u>	<u>(105.789)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(102.238)</u>	<u>(107.129)</u>	<u>(102.212)</u>	<u>(106.306)</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da taxa efetiva dos impostos:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro/(Prejuízo) operacional antes dos efeitos tributários	15.553	(100.687)	15.623	(100.571)
Alíquota básica	34%	34%	34%	34%
Débito (crédito) tributário à alíquota básica	(5.288)	34.234	(5.312)	34.194
Imposto de Renda e Contribuição Social não constituídos	-	(34.234)	-	(34.194)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	1.522	(1.203)	-	-
Controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	1.861	(905)
Outras diferenças permanentes	(8.776)	(6.283)	(9.161)	(6.697)
	<u>(12.542)</u>	<u>(7.486)</u>	<u>(12.612)</u>	<u>(7.602)</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	(405)	(525)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(12.542)	(7.486)	(12.207)	(7.077)
Taxa efetiva - %	80,6	(7,4)	80,7	(7,6)

28. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada segundo a natureza dos riscos dos bens, para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha contratado seguro empresarial com coberturas de incêndio, raio, explosão, danos elétricos e vendaval para fábricas, usinas, vila residencial e escritórios, e também coberturas de responsabilidade civil geral, responsabilidade de D&O, em montante total de R\$ 479.340. Também estão contratados seguros de vida em grupo para os colaboradores com cobertura mínima de 24 vezes o salário do colaborador ou no máximo de R\$ 500, além de seguro de frota de veículos com cobertura a valor de mercado.

Em relação às florestas, a Companhia avaliou os riscos existentes e concluiu pela não contratação de seguros, face às medidas preventivas adotadas contra incêndio e outros riscos florestais que têm se mostrado eficientes. A Administração avalia que o gerenciamento dos riscos relacionados às atividades florestais é adequado para a continuidade operacional da atividade na Companhia.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (captações detalhadas na nota explicativa nº 16, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e dos bancos conta vinculada), conforme detalhado nas notas explicativas nº 5 e 9, e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 21).

A Companhia não está sujeita a qualquer requerimento externo sobre o capital.

A Administração da Companhia revisa periodicamente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, são considerados o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital. A Companhia tem como meta manter uma estrutura de capital de 50% a 70% de capital próprio e 50% a 30% capital de terceiros. A estrutura de capital em 31 de dezembro de 2018 foi de 31% capital próprio e 69% capital de terceiros, principalmente em função dos efeitos da variação cambial sobre a dívida em moeda estrangeira que representa 47,29% da dívida total da Companhia, e também do efeito da variação cambial que reduz o Patrimônio Líquido em R\$ 120.688 pela contabilização do *Hedge accounting*.

Índice de endividamento

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Dívida (a)	824.875	772.096	824.966	772.096
Caixa e saldos de bancos	(130.778)	(75.896)	(132.219)	(76.949)
Bancos conta vinculada	-	(8.732)	-	(8.732)
Dívida Líquida	<u>694.097</u>	<u>687.468</u>	<u>692.747</u>	<u>686.415</u>
Patrimônio Líquido (b)	<u>309.160</u>	<u>340.713</u>	<u>309.168</u>	<u>340.721</u>
Índice de endividamento líquido	<u>2,25</u>	<u>2,02</u>	<u>2,24</u>	<u>2,01</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, conforme detalhado na nota explicativa nº 16.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Ativos financeiros				
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e saldos de bancos	130.778	75.896	132.219	76.949
Custo amortizado				
Conta a receber de clientes	169.226	167.140	170.873	168.124
Outras contas a receber	783	8.993	819	9.029
Bancos conta vinculada	-	8.732	-	8.732
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	824.875	772.096	824.966	772.096
Fornecedores	118.983	96.187	95.085	82.951
Adiantamento de clientes	1.395	1.462	1.399	1.466

Fatores de risco financeiro

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez.

Tendo como objetivo estabelecer regras para a gestão financeira a Companhia mantém em vigor desde 2010, a Política de Gestão Financeira, a qual normatiza e estabelece diretrizes para a utilização dos instrumentos financeiros.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos financeiros.

Risco de exposição cambial

A Companhia mantém operações no mercado externo expostas às mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, essas operações apresentaram exposição passiva líquida conforme o quadro abaixo.

Considerando que os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira tem sua maior exigibilidade no longo prazo, a Companhia protege a exposição cambial líquida com o equivalente a 25 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no exercício de 2018, e 34 meses das exportações tomando como base a média das exportações realizadas no exercício de 2017.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.18	31.12.17	31.12.18	31.12.17
Contas a receber	25.303	27.508	25.303	27.508
Bancos conta vinculada	-	6.188	-	6.188
Adiantamento de clientes	565	(346)	565	(346)
Fornecedores	(552)	(395)	(552)	(395)
Empréstimos e financiamentos	(378.255)	(346.437)	(378.255)	(346.437)
Exposição líquida	<u>(352.939)</u>	<u>(313.482)</u>	<u>(352.939)</u>	<u>(313.482)</u>

A Companhia identificou os principais fatores de risco que podem gerar prejuízos para as suas operações com instrumentos financeiros. Com isso, desenvolvemos uma análise de sensibilidade, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerada, além de um cenário base. Estes cenários poderão gerar impactos no resultado e no patrimônio líquido, conforme descrito abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base a cotação do dólar utilizada pela Companhia segue as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de março de 2019).

2 – Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de março de 2019.

3 – Cenário remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível projetado em 31 de março de 2019.

Operação	Saldo 31.12.18 US\$	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber e Bancos conta vinculada	6.530	3,72	(1.015)	4,65	5.057	5,58	11.127
Passivos							
Fornecedores e Adiantamento de clientes	3	3,72	-	4,65	2	5,58	5
Empréstimos e financiamentos	(97.619)	3,72	15.170	4,65	(75.601)	5,58	(166.343)
Efeito líquido			<u>14.155</u>		<u>(70.542)</u>		<u>(155.211)</u>

A Companhia mantém *Hedge* natural de fluxo de caixa sobre exportações no montante de US\$ 91.794, que pela prática contábil não é considerado para fins desta análise de sensibilidade.

Esta análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado de câmbio sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Cabe lembrar que foram utilizados os saldos constantes em 31 de dezembro de 2018 como base para projeção de saldo futuro. O efetivo comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia procura manter as suas operações de empréstimos e financiamentos, expostos à variação cambial, com pagamentos líquidos anuais equivalentes ou inferiores aos recebimentos provenientes das suas exportações. Desta forma a Companhia busca proteger seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, não deverão gerar impactos relevantes no seu fluxo de caixa.

Risco de Taxas de juros

A Companhia pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, à mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDDES), CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), LIBOR (*London Interbank Offered Rate*), EURIBOR (*The Euro Interbank Offered Rate*).

A análise de sensibilidade calculada para o cenário base, cenário adverso e cenário remoto, sobre os contratos de empréstimos e financiamentos que tem base de juros indexados está representada conforme abaixo:

1 – Cenário base: para a definição do cenário base o CDI e SELIC utilizados pela Companhia seguem as projeções do mercado futuro B3 para a próxima divulgação (31 de março de 2019). A TJLP é extraída do BNDDES. Para LIBOR e EURIBOR são utilizadas as taxas da data de elaboração da análise.

2 – Cenário adverso: correção de 25% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de março de 2019.

3 – Cenário remoto: correção de 50% das taxas de juros em relação ao nível projetado para 31 de março de 2019.

Operação			Cenário base		Cenário adverso		Cenário remoto	
	Indexador	Saldo 31.12.18	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$	Taxa % a.a	R\$
Caixa e equivalentes de caixa								
CDB	CDI	104.663	6,40%	-	8,00%	1.528	9,60%	3.055
Captações								
Capital de Giro	CDI	(394.845)	6,40%	-	8,00%	(6.946)	9,60%	(13.893)
BNDES	TJLP	(33.170)	7,03%	(17)	8,79%	(600)	10,55%	(1.183)
Finame	TJLP	(3.274)	7,03%	(2)	8,79%	(59)	10,55%	(117)
Finame	SELIC	(420)	6,40%	-	8,00%	(7)	9,60%	(14)
Financiamento Moeda Estrangeira	Libor 3M	(356.216)	2,74%	208	3,42%	(2.230)	4,11%	(4.669)
Financiamento Moeda Estrangeira	Euribor 6M	(2.298)	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-
Efeito Líquido no Resultado				189	(8.314)		(16.821)	

Valor justo versus valor contábil

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Utilizamos os métodos e premissas listados abaixo para estimar o valor justo:

- Os saldos contábeis de contas a receber, contas a pagar de curto prazo apresentados no balanço da Companhia se aproximam dos seus valores justos devido a seus prazos curtos de liquidação.

- Empréstimos e financiamentos - considerando renegociações de dívidas recentes, as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos contratados e informações de mercado, entendemos que o valor justo não apresenta variação significativa em relação ao valor contábil.

Riscos de crédito

As vendas financiadas da Companhia são administradas através de política de qualificação e concessão de crédito. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face às eventuais perdas na realização destes.

As contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes de diferentes setores e áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber e, quando apropriado, uma cobertura de garantia de crédito é solicitada.

As renegociações de clientes em sua maioria estão amparadas por contratos de confissão de dívida, garantias de máquinas, equipamentos, além de aval na pessoa física, garantindo o valor da dívida.

Risco de liquidez

A Administração monitora o nível de liquidez considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende caixa, aplicações financeiras, fluxo de contas a receber e a pagar, e pagamento de empréstimos e financiamentos. A política de gestão de liquidez envolve a projeção de fluxos de caixa nas moedas utilizadas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros pré-fixados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2018 e os detalhes do prazo de vencimento esperado para os ativos financeiros não derivativos não descontados, incluindo os juros que serão auferidos a partir desses ativos. Muito embora a Companhia apresente as análises dos vencimentos somente dos passivos financeiros, a informação sobre ativos financeiros não derivativos é necessária para compreender a gestão do risco de liquidez da Companhia, uma vez que ela é gerenciada com base em ativos e passivos líquidos.

Controladora

	2019	2020	2021	2022	acima 2022
Passivos					
Fornecedores	118.983	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	329.257	275.986	194.872	107.086	125
Parcelamentos	6.493	6.493	6.493	6.493	3.246
	<u>454.733</u>	<u>282.479</u>	<u>201.365</u>	<u>113.579</u>	<u>3.371</u>

Consolidado

	2019	2020	2021	2022	acima 2022
Passivos					
Fornecedores	95.085	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	329.306	276.027	194.885	107.086	125
Parcelamentos	6.493	6.493	6.493	6.493	3.246
	<u>430.884</u>	<u>282.520</u>	<u>201.378</u>	<u>113.579</u>	<u>3.371</u>

Os valores incluídos acima para instrumentos pós-fixados passivos financeiros não derivativos estão sujeitos à mudança, caso a variação nas taxas de juros pós-fixadas difira dessas estimativas apuradas no final do período do relatório.

A Companhia espera atender às suas outras obrigações a partir dos fluxos de caixa operacional e dos resultados dos ativos financeiros a vencer.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não tinha contratado nenhum instrumento financeiro derivativo.

Hedge de fluxo de caixa

A Companhia adotou o *Hedge accounting* em 01 de maio de 2012 nas operações contratadas para a cobertura dos riscos de variação cambial, considerando seu fluxo das exportações, tendo classificado como “*hedge* de fluxo de caixa” (*Cash Flow Hedge*).

Desta forma, a Companhia protege o risco da variação cambial dos seus fluxos de caixa futuros através da contratação de instrumentos financeiros passivos não derivativo, considerado *hedge natural*. Os instrumentos financeiros contratados pela Companhia atualmente vigentes são um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Bank Of América NA, um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Rabobank e Santander e um contrato de PPE – Pré-Pagamento de Exportação com o Banco Santander.

Os fluxos de caixa protegidos são as exportações esperadas até 2021 e o valor represado no Patrimônio Líquido da Companhia por conta do *Hedge Accounting* em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 108.691 (R\$ 77.873 em dezembro de 2017).

	Controladora e Consolidado 31.12.18	Controladora e Consolidado 31.12.17
Saldo inicial	117.989	123.587
Variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	55.167	3.867
Reclassificação para resultado	(8.473)	(9.465)
	164.683	117.989
Saldo inicial	(40.116)	(42.019)
Impostos sobre variação do <i>hedge</i> fluxo de caixa	(18.757)	(1.315)
Impostos sobre reclassificação para resultado	2.881	3.218
	(55.992)	(40.116)
Saldo Final	108.691	77.873

A Companhia estima a efetividade com base na metodologia *dólar offset*, na qual se compara a variação do valor justo do instrumento de *hedge* com a variação do valor justo do objeto de *hedge*, a qual deve ficar entre um intervalo de 80 a 125%.

Os saldos de variações efetivas das operações designadas como *hedge* de fluxo de caixa são reclassificados do patrimônio líquido para resultado no período em que a variação cambial objeto do *hedge* é efetivamente realizada. Os resultados do *hedge* de fluxo de caixa efetivos na compensação da variação das despesas protegidas são registrados em contas redutoras das despesas protegidas, reduzindo ou aumentando o resultado operacional, e os resultados não efetivos são reconhecidos como receita ou despesa financeira do período.

Não foram identificadas inefetividades no período.

30. SEGMENTOS OPERACIONAIS

a) Critérios de identificação dos segmentos operacionais

A Companhia segmentou a sua estrutura operacional seguindo a forma com que a Administração gerencia o negócio. A receita da Companhia está segmentada de acordo com os produtos e segmentos operacionais definidos.

A Administração definiu como segmentos operacionais: embalagem P.O.; papel para embalagens; florestal RS e resinas, conforme segue abaixo descrito:

Segmento Embalagem PO: este segmento produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas, e conta com três unidades produtivas: Embalagem SC - Campina da Alegria, Embalagem SP - Indaiatuba e Embalagem SP - Vila Maria.

Segmento Papel para Embalagens: produz papéis Kraft de baixa e alta gramaturas e papéis reciclados, destinados ao mercado externo e interno, além de direcionar parte da produção para o Segmento Embalagem PO, com duas unidades produtivas: Papel SC Campina da Alegria e Papel MG – Santa Luzia.

Segmento Florestal RS e Resinas: através deste segmento, a Companhia cultiva pinus para o próprio uso, comercializa madeiras e extrai a resina do pinus que serve de matéria prima para a produção de breu e terebintina.

b) Informações consolidadas dos segmentos operacionais

Consolidado					
2018					
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	560.935	192.870	8.901	-	762.706
Mercado externo	-	90.805	79.306	-	170.111
Receita de vendas para terceiros	560.935	283.675	88.207	-	932.817
Receitas entre segmentos	-	39.921	-	(39.921)	-
Vendas líquidas totais	560.935	323.596	88.207	(39.921)	932.817
Variação valor justo ativo biológico	-	9.062	(10.430)	-	(1.368)
Custo dos produtos vendidos	(504.796)	(140.373)	(61.974)	38.809	(668.334)
Lucro bruto	56.139	192.285	15.803	(1.112)	263.115
Despesas operacionais	(65.013)	(23.850)	(9.212)	(47.205)	(145.280)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(8.874)	168.435	6.591	(48.317)	117.835
Resultado financeiro	(41.531)	(54.962)	(5.719)	-	(102.212)
Resultado operacional líquido	(50.405)	113.473	872	(48.317)	15.623
Depreciação e Amortização	(13.935)	(35.776)	(1.134)	(1.401)	(52.246)
Consolidado					
2017					
	Embalagem P.O	Papel para Embalagens	Florestal RS e Resinas	Corporativo/ eliminações	Total
Vendas líquidas:					
Mercado interno	560.595	165.048	7.488	-	733.131
Mercado externo	-	73.413	52.625	-	126.038
Receita de vendas para terceiros	560.595	238.461	60.113	-	859.169
Receitas entre segmentos	-	43.345	-	(43.345)	-
Vendas líquidas totais	560.595	281.806	60.113	(43.345)	859.169
Variação valor justo ativo biológico	-	4.987	(15.834)	-	(10.847)
Custo dos produtos vendidos	(499.816)	(116.316)	(48.928)	42.635	(622.425)
Lucro bruto	60.779	170.477	(4.649)	(710)	225.897
Despesas operacionais	(113.518)	(42.934)	(6.068)	(57.642)	(220.162)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	(52.739)	127.543	(10.717)	(58.352)	5.735
Resultado financeiro	(44.742)	(54.980)	(6.584)	-	(106.306)
Resultado operacional líquido	(97.481)	72.563	(17.301)	(58.352)	(100.571)
Depreciação e Amortização	(12.624)	(38.739)	(974)	(1.478)	(53.815)

O saldo na coluna Corporativo/eliminações envolve substancialmente despesas da área de apoio corporativa, não rateada aos demais segmentos e as eliminações referem-se aos

ajustes das operações entre os demais segmentos, as quais são realizadas a preços e condições usuais de mercado.

As informações referentes ao resultado financeiro foram distribuídas por segmento operacional levando-se em consideração a alocação específica de cada receita e despesa financeira ao seu segmento, e a distribuição das despesas e receitas comuns à Companhia pela NCG – Necessidade de Capital de Giro de cada segmento.

As informações de imposto de renda e contribuição social não foram divulgadas nas informações por segmento em razão da não utilização da Administração da Companhia dos referidos dados de forma segmentada.

c) Receitas líquidas de vendas

As receitas líquidas de vendas em 2018 totalizaram R\$ 932.817 (R\$ 859.169 em 2017).

A receita líquida de venda para o mercado externo em 2018 totalizou R\$ 170.111 (R\$ 126.038 em 2017), distribuída por diversos países, conforme composição abaixo:

Consolidado			Consolidado		
2018			2017		
País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total	País	Rec. líquida exportação	% na receita líquida total
Argentina	23.593	2,53%	Alemanha	18.584	2,16%
China	18.706	2,01%	Arábia Saudita	15.133	1,76%
Arábia Saudita	17.291	1,85%	Argentina	12.191	1,42%
Alemanha	16.486	1,77%	China	10.652	1,24%
Japão	9.660	1,04%	França	9.367	1,09%
Chile	8.735	0,94%	África do Sul	7.943	0,92%
África do Sul	8.264	0,89%	Chile	7.053	0,82%
Paraguai	7.624	0,82%	Paraguai	5.178	0,60%
Holanda	7.239	0,78%	Holanda	4.613	0,54%
França	7.178	0,77%	Japão	3.885	0,45%
Peru	6.671	0,72%	Peru	3.288	0,38%
Índia	6.111	0,66%	Cingapura	2.945	0,34%
Portugal	4.685	0,50%	Turquia	2.582	0,30%
Turquia	4.453	0,48%	Portugal	2.211	0,26%
México	4.329	0,46%	Índia	2.149	0,25%
Uruguai	3.595	0,39%	Bolívia	2.028	0,24%
Hong Kong	3.518	0,38%	Kuwait	1.970	0,23%
Bolívia	2.550	0,27%	Uruguai	1.843	0,21%
Espanha	1.816	0,19%	México	1.676	0,20%
Colômbia	1.251	0,13%	Espanha	1.515	0,18%
Israel	1.031	0,11%	Colômbia	1.324	0,15%
Áustria	955	0,10%	Áustria	1.303	0,15%
Cingapura	847	0,09%	Paquistão	1.066	0,12%
Reino Unido	684	0,07%	Malásia	939	0,11%
Estados Unidos	642	0,07%	Hong Kong	922	0,11%
Outros países	2.197	0,24%	Outros países	3.678	0,43%
	<u>170.111</u>	<u>18,26%</u>		<u>126.038</u>	<u>14,66%</u>

As receitas líquidas de vendas da Companhia em 2018 no mercado interno totalizaram R\$ 762.706 (R\$ 733.131 em 2017).

No ano de 2018, um único cliente representava 5,2% das receitas líquidas do mercado interno no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 29.259. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo foram pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

31. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO OPERACIONAL (CONTROLADORA)

Locação de imóveis de unidades produtivas

A Companhia possui um contrato de aluguel de unidade produtiva, além de outros pequenos contratos de aluguel de unidades comerciais e administrativas, todos classificados como arrendamento mercantil operacional, e alocados para despesa em cada período pelo regime de competência durante o período do arrendamento.

O contrato de aluguel de unidade produtiva foi firmado em 26 de dezembro de 2006, referente aluguel da unidade Embalagem SP – Indaiatuba, com vigência de 20 anos e o valor mensal contratado atual de R\$ 238, reajustado anualmente pela variação do IGPM.

Os valores de aluguéis reconhecidos como despesas no exercício de 2018 pela controladora, líquidos de tributos quando aplicáveis, são:

- Aluguéis de unidades produtivas = R\$ 3.075 (R\$ 2.859 em 2017).
- Aluguéis de unidades comerciais e administrativas = R\$ 376 (R\$ 323 em 2017).

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, calculados a valores de 31 de dezembro de 2018 totalizam um montante mínimo de R\$ 89.808. Os arrendamentos foram calculados a valor presente utilizando-se o IPCA acumulado nos últimos 12 meses de 3,75% a.a.

	Até um ano	Depois de um ano até cinco anos	Depois de cinco anos	Total
Arrendamentos operacionais futuros	3.412	16.427	20.826	40.665
Arrendamentos operacionais a valor presente	3.289	14.405	15.432	33.126

Locação de área de plantio

A Companhia possui contratos de arrendamentos não canceláveis para produção de ativos biológicos em terras de terceiros, que somam área total de aproximadamente 880 hectares de efetivos plantios. Do total das áreas arrendadas aproximadamente 732 hectares são representados por arrendamento firmado com a Timber XI SPE S.A., conforme detalhado na nota explicativa nº 15, para o qual a Companhia tem compromisso de desembolso anual do arrendamento. Para outras pequenas áreas há compromisso de arrendamento a ser desembolsado mensalmente e que compõe o quadro de arrendamentos operacionais abaixo.

Estes contratos possuem validade até que o total das florestas existentes nestas áreas seja colhido.

Compromissos de arrendamentos operacionais não canceláveis

Os arrendamentos foram calculados a valor presente utilizando-se o IPCA acumulado nos últimos 12 meses de 3,75% a.a.

	<u>Até um ano</u>	<u>Depois de um ano até cinco anos</u>	<u>Depois de cinco anos</u>	<u>Total</u>
Arrendamentos operacionais futuros	1.570	7.560	7.105	16.235
Arrendamentos operacionais a valor presente	1.514	6.630	5.422	13.566

32. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS no Estado de Santa Catarina e no Estado de Minas Gerais:

- i) ICMS/SC – Prodec: possibilita que 60% do incremento de ICMS no Estado de Santa Catarina, calculado sobre uma base média (setembro 2006 a agosto 2007) anterior aos investimentos realizados é diferido para pagamento após 48 meses. Este benefício é calculado mensalmente e está condicionado à realização dos investimentos planejados, além da manutenção da regularidade junto ao Estado, condições estas que estão sendo plenamente atendidas.

Sobre os valores dos incentivos, haverá incidência de encargos às taxas contratuais de 4,0% ao ano. Para fins de cálculo a valor presente deste benefício, a Companhia utilizou a taxa média de 11,44% como custo de captação para linhas de financiamento com características semelhantes às necessárias para os respectivos desembolsos caso não possuísse o benefício.

A vigência do benefício é de 14 anos (10 anos de fruição e 4 anos de carência), iniciado em janeiro de 2009 e com término em dezembro de 2022, ou até o limite de R\$ 55.199 de ICMS diferido. Até 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía R\$ 17.558 de ICMS diferido registrado no passivo, líquido da subvenção governamental R\$ 15.476.

- ii) ICMS/SC – Crédito Presumido: o Estado de Santa Catarina concede como principal benefício à apropriação de crédito presumido em conta gráfica do ICMS, nas saídas tributadas de produtos industrializados em cuja fabricação tenha sido utilizado material reciclável correspondente a, no mínimo, 40% do custo da matéria-prima, realizadas pela Companhia no Estado, de forma que a carga tributária final relativa a operação própria seja equivalente a 2,25% de seu valor (da operação própria), com o objetivo de viabilizar a ampliação da unidade industrial localizada em Vargem Bonita – SC. O investimento previsto é de aproximadamente R\$ 600.000, distribuído ao longo de 5 anos da concessão, podendo ser renovado por igual período, e será utilizado para a ampliação da capacidade de produção de papel e de embalagens.

- iii) ICMS/MG – Crédito Presumido: O Estado de Minas Gerais concede como principal benefício crédito presumido de ICMS resultando no recolhimento efetivo de 2% do valor das operações de saída dos produtos industrializados pela Companhia, com o objetivo de viabilizar a expansão da unidade industrial localizada em Santa Luzia – MG. O investimento total estimado é de aproximadamente R\$ 220.000, e o valor a ser investido será aplicado na modernização e ampliação da capacidade de produção da Máquina de Papel nº 7 (MP 7), e também para a construção de uma nova fábrica de embalagens de papelão ondulado.

33. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA

A Companhia realizou transações que não afetaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa.

Durante o exercício de 2018, a Companhia realizou aporte de capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. no valor de R\$ 5.030.

Durante o exercício de 2017, a Companhia efetuou pagamentos de compras de ativo imobilizado, intangível e ativo biológico no montante de R\$ 1.095 que foram financiadas diretamente por fornecedores, e também realizou operações com suas controladas que não afetam caixa conforme nota explicativa nº 12, sendo: i) adiantamento para futuro aumento de capital na controlada Habitasul Florestal S.A. no valor de R\$ 17.598 por compensação com dividendos a pagar; ii) aporte capital com florestas plantadas na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda. no valor de R\$ 7.896; iii) redução de capital na controlada Iraflor Comércio de Madeiras Ltda no valor de R\$ 32.717 compensado com créditos já existentes.